

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional

Potência de Vida e Necropolítica:

Relações de Vida e Morte no Contexto das Juventudes nas Periferias

Kellen Maria Sodré Machado

Porto Alegre

2020

Kellen Maria Sodré Machado

Potência de Vida e Necropolítica:

Relações de Vida e Morte no Contexto das Juventudes nas Periferias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lílian Rodrigues da Cruz

Porto Alegre, setembro de 2020.

Kellen Maria Sodré Machado

Potência de Vida e Necropolítica: relações de vida e morte no contexto das
juventudes nas periferias

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS,
como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lílian Rodrigues da Cruz

Banca examinadora

Prof^a. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Sugizaki

PUC

Prof. Dr. Luciano Bedin da Costa

UFRGS

Prof^a. Dra. Oriana Holsbach Hadler

UFRGS

Porto Alegre

2020

Aqueles que empreendem diariamente pequenas grandes resistências.

AGRADECIMENTOS

À Professora Lílian pela dedicação à orientação deste trabalho, por sua gentileza e disponibilidade e por acreditar na potência das experiências compartilhadas e estimular uma escrita sensível.

À minha mãe, Cleuza, por compreender minhas ausências, por ser presença sempre que preciso, pelo suporte e incentivo em todos os momentos.

À minha vó, Diva, pelas constantes orações, pela espera ansiosa e por não esquecer um só dia de perguntar sobre mim.

Ao meu irmão, Giovani, por acreditar e sempre me incentivar a ir mais longe.

Aos colegas do grupo de pesquisa GEPS: Adrielle, Amanda, Letícia, Marília e Leonardo, pelas cuidadosas leituras dos meus escritos, pelas inspirações e pelas potentes trocas e reflexões.

Ao Prof. Eduardo, por aceitar fazer parte da banca deste trabalho, pela leitura sensível do meu texto, pelo incentivo e por abrir caminhos para aprendizagens outras.

Aos Profs. Oriana e Luciano, também integrantes das bancas de qualificação e defesa deste trabalho, por sua disponibilidade, pelas potentes contribuições, orientações e inspirações.

Aos jovens que atravessaram meus caminhos, deixando suas faíscas.

RESUMO

As vivências de trabalho como psicóloga nas áreas das políticas públicas e direitos humanos me convocaram a refletir sobre os movimentos despotencializantes que capturam e assujeitam as juventudes, sobretudo aquelas que se encontram em contextos reconhecidos como vulneráveis. Parto dessas inquietações para interrogar quais possibilidades de vida se fazem presentes em meio a tantos movimentos de morte. Quais resistências são possíveis para os jovens moradores das periferias, frente à necropolítica que configura o que pode ser caracterizado como um genocídio da população jovem e negra nas periferias? Assim, buscou-se problematizar o modo como o Estado vem se ocupando das questões de violência que envolvem as juventudes e a atuação das políticas públicas nesse cenário. Os conceitos de necropolítica, de Achille Mbembe e vidas precárias, de Judith Butler, foram utilizados para a discussão. Utilizou-se a metodologia biografemática para a produção de narrativas ficcionais, construídas a partir de memórias, registros e materiais midiáticos para visibilizar os movimentos singulares empreendidos pelos jovens como modos de enfrentamento e subversão às práticas estatais que despotencializam suas vidas. Verificou-se que a política de morte apresenta diversas nuances que se atualizam de acordo com o momento histórico e os interesses envolvidos. Em contrapartida, temos nesse cenário a potência dos jovens que empreendem lutas cotidianas e silenciosas, pequenos atos de subversão que permitem sua sobrevivência, apesar de tudo. Observou-se também que neste contexto, sofrimento e resistência estabelecem uma relação muito próxima e que em grande parte os movimentos de enfrentamento às condições de vulnerabilidade e precariedade encontrados pelos jovens decorrem de ações individuais, uma vez que as políticas públicas direcionadas às juventudes frequentemente acabam atuando na perspectiva da individualização da violência, desinvestindo nas suas potencialidades.

Palavras-chave: necropolítica, juventudes, biografemas, resistências, potência de vida.

ABSTRACT

The experiences of working as a psychologist in the areas of public policies and human rights have called me to reflect on the depotentializing movements that capture and subject young people, especially those who are in contexts recognized as vulnerable. I start from these concerns to ask what possibilities of life are present in the midst of so many movements of death. What resistance is possible for young people living in the peripheries, in the face of the necropolitics that configure what can be characterized as a genocide of the young and black population in the peripheries? Thus, we sought to problematize the way in which the State has been dealing with issues of violence involving youth and the performance of public policies in this scenario. The concepts of necropolitics, by Achille Mbembe and precarious lives, by Judith Butler, were used for the discussion. The biographical methodology was used to produce fictional narratives, built from memories, records and media materials to make the singular movements undertaken by young people visible as ways of coping and subversion to state practices that depotentialize their lives. It was found that the death policy has several nuances that are updated according to the historical moment and the interests involved. On the other hand, in this scenario we have the power of young people who undertake daily and silent struggles, small acts of subversion that allow their survival, despite everything. It was also observed that in this context, suffering and resistance establish a very close relationship and that in large part the movements to confront the conditions of vulnerability and precariousness found by young people result from individual actions, since public policies directed at youths often end acting in the perspective of the individualization of violence, divesting in its potentialities.

Keywords: necropolitics, youths, biographem, resistances, power of life.

SUMÁRIO

1 Impressões iniciais

- 1.1 Cenários de concreto: sobre muros e inimizades9
 1.2 O percurso: afetações vivenciadas pelo caminho14

2 Para iluminar as trilhas

- 2.1 Sobre escrever resistências 25

3 Mergulhar nas sombras para perceber as fagulhas.....34

- 3.1 Contextos de vida e de morte40

- 3.2 Do Governo dos Corpos Jovens ao Genocídio da Juventude43

- 3.3 Para onde apontam os holofotes? Juventudes, pobreza e seus
 enquadramentos46

- 3.3.1 Quem é o Sujeito Perigoso? Construções e narrativas sobre
 as juventudes nas periferias52

- 3.3.2 A captura pelo medo58

- 3.3.3 As capturas institucionais60

4. Territórios periféricos: lugares de vulnerabilidade e potência72

5 Imagens das sobrevivências

- 5.1 Corpos insubmissos a resistência das juventudes nas
 periferias e instituições81

- 5.2 Vestígios luminosos91

6 Mais alguns pixels94

7 Referências98

Escrevo porque a vida me dói, porque não seria capaz de viver sem transformar dor em palavra escrita. Mas não é só dor o que vejo no mundo. É também delicadeza, uma abissal delicadeza, e é com ela que alimento a minha fome. (Eliane BRUM¹, 2013, p.07)

¹ Os nomes dos autores citados aparecerão por extenso no decorrer do texto, no intuito de identificar o gênero de quem fala.

1 Impressões iniciais

1.1 Cenários de concreto: sobre muros e inimizades

Início esta escrita em um domingo à tarde. Antes de começar, miro o olhar através da janela buscando a inspiração necessária para acomodar as palavras que agora me habitam, querendo fazer-se história ou revelar histórias. São composições de fragmentos de vida, pequenos recortes, que de tão singelos não podem ser traduzidos senão pela intensidade dos afetos que produzem. Ao alcance da minha percepção, os raios de sol que iluminam a tarde de um dia ameno, a imagem de um homem lavando o carro, alguma movimentação de pessoas a caminho do salão de festas da igreja, sons de crianças brincando e de alguém cortando grama. Na outra quadra há uma praça e atrás dela, uma vila que segue por uma estreita rua de chão batido. Foi construído um muro na divisa, para dificultar o acesso dos moradores da vila, o que à tornou praticamente imperceptível para quem vive do lado de cá. O argumento era de que poderiam depredar a praça e as combinações foram todas feitas por meio de uma rede social em um grupo dos moradores deste lado. Adultos tomando chimarrão e crianças em geral são bem aceitos. Adolescentes, porém, são rechaçados com a alegação de que a praça é para as crianças, embora não haja local destinado especificamente a eles.

E assim, a paisagem antes envolta pelo verde das árvores que abraçam o local, deu lugar ao cinza da grande parede que fora erguida. Concreto e tijolos demarcando muito mais que um espaço físico. Um abismo de (in)diferenças, acessos e oportunidades, estabelecendo, assim, quem é o inimigo, de quem devemos nos proteger, quais são os sons que não queremos ouvir, para quem construímos nossos muros.

Historicamente os muros serviram à exclusão, punição e ao enclausuramento, como nas prisões, campos de concentração e manicômios e, ainda nos dias atuais, exercem as mesmas funções, muitas vezes maquiadas pela demanda da proteção. Achille Mbembe (2017), ao estudar as relações de inimizade nas sociedades coloniais, propõe que “o muro de separação serve supostamente para se resolver o excesso de presença, a qual se diz ser a causadora de insustentáveis sofrimentos” (p. 73). E quais ausências se criam a partir disso? Provavelmente aquelas que não são sentidas,

daqueles com quem não se quer conviver e cujo desaparecimento jamais será visto como uma perda, pois, a pura e simples presença desperta sentimentos de repulsa e leva a produzir-se as mais variadas estratégias de segregação. Eliane Brum (2015), em suas assertivas palavras, aponta que “uma sociedade de muros sempre vai precisar forjar monstros do lado de fora para seguir justificando seus privilégios e mantendo-os intactos”. O muro também foi a estratégia de Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos, para impedir a entrada de imigrantes do México para o seu país. Embora não tenha concluído sua empreitada até o momento, conseguiu estabelecer o que alguns especialistas e a imprensa norte americana têm chamado de “muro invisível”, referindo-se ao endurecimento das normas de imigração que reduziu o acesso de estrangeiros ao país².

Já o muro daqui, é a representação concreta do distanciamento, do modo como a cidade opera o isolamento de suas periferias, classifica os sujeitos entre quem está dentro e fora, do lado de cá e do lado de lá, e conseqüentemente estabelece os limites impostos aos seus adolescentes e jovens³.



O muro da praça dividindo o bairro e a vila.

² Reportagem disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51652664>.

³ No decorrer do texto optou-se pela utilização do termo “juventudes” no intuito de destacar as diversidades e as múltiplas formas de ser jovem e experienciar a juventude. Contudo, os termos ‘adolescente’ e ‘adolescência’ aparecem em alguns momentos em referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que delimita este como o período entre os 12 e 18 anos de idade e orienta o desenvolvimento de diversas políticas públicas voltadas a esta faixa etária.



Imagem do outro lado do muro, depois da chuva.

Limites, limitações, viver no limite... disso os jovens que você conhecerá no decorrer dessas páginas, entendem muito bem. Jovens que, no cotidiano da vida nas periferias, experimentam o tênue limiar vida e morte que contorna e atravessa suas biografias; aqui dadas a conhecer a partir de alguns acontecimentos, encontros que evidenciam a constante presença desse duplo: viver, morrer, matar, morrer-se, (re)viver-se, entendido não como dualidade oposta, mas como ondas permeáveis que se encontram e transpassam a partir de certos transbordamentos. Vidas que aqui são representadas, não em sua totalidade, mas através de breves passagens, como um retrato, onde pequenos fochos de luz, em contraste com o cinza, quebram a dureza do que poderia ser somente um cenário gris e mórbido, não fossem os lampejos de resistência, que possibilitam sua sobrevivência apesar de tudo.

As vivências de trabalho como psicóloga nas áreas das políticas públicas e direitos humanos me convocam a pensar sobre os movimentos despotencializantes que capturam e assujeitam as juventudes, sobretudo aquelas que se encontram em contextos reconhecidos como mais vulneráveis ou perigosos. Esses movimentos produzem marcas em suas existências e delimitam lugares, mas também fazem emergir modos de resistência/resistir, como estratégias de sobrevivência, configurando, assim, as questões que orientam essa pesquisa: que possibilidades de vida se fazem presentes em meio a tantos movimentos de morte? Quais resistências

são possíveis para os jovens moradores das periferias, frente à necropolítica que opera sobre seus corpos?

Assim, essa escrita buscou tecer uma reflexão acerca das experiências das juventudes nas periferias no enfrentamento da necropolítica presente nestes espaços, sobretudo através de movimentos estatais de precarização e aniquilamento destas vidas. Tendo em vista a intencionalidade de uma escritura menor, conforme delineada por Gilles Deleuze (1997), onde tudo adquire um caráter coletivo e político, assume-se um posicionamento que reconhece a existência de um verdadeiro processo de genocídio da população jovem, periférica e, principalmente, negra. Em contraste a isso, busca-se afirmar a potência das juventudes em engendrar condições de possibilidades, fissuras, brechas que permitam outros modos de existir e subjetivar-se.

Essa escrita é feita de rachaduras. Não se atém às origens, mas busca “pegar as coisas onde elas crescem, pelo meio: rachar as coisas, rachar as palavras” (DELEUZE, 1992), rachar as paredes e os muros. É composta por memórias das experiências de trabalho como psicóloga no Serviço de Medidas Socioeducativas, Casa das Juventudes e PPCAAM – Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, do contato com muitas vidas em que a experiência com a morte, seja ela simbólica ou do corpo, se faz constantemente presente. Das vidas que insistem em sobreviver em lugares onde a ordem é o aniquilamento, que são marcadas, mas que também buscam deixar suas marcas, afirmando sua existência. Assim, essa pesquisa buscou problematizar o modo como o Estado vem se ocupando das questões de violência e vulnerabilidade que envolvem a população jovem e a atuação das políticas públicas para as juventudes diante deste cenário, tecendo caminhos para pensar acerca das condições de possibilidade para emergência de resistências, das brechas que tornam possíveis as sobrevivências.

Pensar sobre essa produção e seus processos, enquanto fenômeno social dos nossos tempos, faz-se improrrogável, nas palavras de Luciano Bedin Costa (2017), aquilo que não pode esperar, que nos captura, invade intempestivamente.

Algo que é da ordem de uma urgência, mas que ao mesmo tempo, por sua complexidade, não encontra solução única e final suficiente para resolvê-lo de uma só vez. Falamos de algo que se constitui como uma espécie de busca, de um por vir, de uma travessia sem garantias e inesgotável, de um direito ao devir (Tania Galli FONSECA, 2017).

Assim, essa pesquisa parte muito mais de um devir, do desejo de uma reflexão acerca daquilo que se faz improrrogável em nossos tempos, do que da pretensa busca de respostas, como um exercício de abrir passagem para aquilo que precisa ser dito, pensado, denunciado, esmiuçado. Para além da urgência com que me tomam as questões da vida e da morte dos jovens nas periferias, essa pesquisa nasce do sentimento de um compromisso ético com as vidas que me foram compartilhadas.

Para iniciar essa reflexão, preciso contar-lhes sobre os caminhos que percorri até aqui, a trajetória que me ajudou a produzir alguns dos elementos que compõem essa pesquisa. Dentre outras tantas vidas que quero lhes contar, atendo-me neste momento à minha, no instante em que ela se encontra com as deles, dos meninos de quem escrevo. Escolho com cuidado as palavras para começar. É que escrever é perigoso. Quem tentou, sabe – perigo de mexer no que está oculto (Clarice LISPECTOR, 1999 p. 8). Escrevo em silêncio, mas é que essas palavras gritam. Você encontrará nas páginas seguintes um percurso apresentado a partir do que poderíamos chamar de “micro e macro” passagens ou acontecimentos. Ou seja, fragmentos de situações cotidianas, cenas que retratam o contexto de jovens moradores das periferias. Algo que se aproxima da noção de biografema, cunhada por Roland Barthes (1984), pequenas inflexões, traçadas a partir das vivências que me colocaram em contato com os jovens e que têm como pano de fundo políticas públicas direcionadas às juventudes, assistência social e direitos humanos e, também, fatos sociais, bem como eventos de repercussão nacional que impactam direta ou indiretamente na vida das juventudes brasileiras.

No decorrer dessa escritura você entrará em contato com diversos fragmentos de histórias de vida, acontecimentos que nos interpelam a refletir sobre as condições sociais dos jovens e suas lutas cotidianas, como cenas que capturadas por uma câmera transgressora permitem visibilizar outros ângulos de imagem. Para adentrar essas trilhas, tal como um fotógrafo que embarca em uma expedição em busca de seus registros, alguns passos iniciais foram tomados no sentido de preparar o material, decidir o que poderia alimentar, aquecer e iluminar o percurso dessa pesquisa. Assim, no segundo capítulo, “Para iluminar as trilhas”, foram detalhados a metodologia e os conceitos que orientam essa pesquisa. No capítulo seguinte, “Mergulhar nas sombras para perceber as fagulhas”, já iniciada nossa viagem, passamos a adentrar o escuro, buscando desvelar os jogos de força, os regimes de

verdade, construções históricas, enquadramentos e interesses que sustentam as práticas da política de morte e o genocídio da população jovem nas periferias. No quarto capítulo de nossa viagem, “Territórios periféricos: lugares de vulnerabilidade e potência”, percebemos com mais nitidez despontar as faíscas de resistência que tensionam a necropolítica estabelecida nos espaços periféricos, colocando em evidência a potência presente nesses territórios. Nos capítulos finais, “Imagens das sobrevivências” e “Mais alguns pixels”, temos uma discussão sobre as possibilidades de emergência das resistências cotidianas dos jovens nos espaços periféricos e nas instituições, suas lutas diárias pautadas por atos insurgentes, muitas vezes, acompanhados de sofrimento, mas que abrem brechas para a afirmação da vida nesses espaços.

1.2 O percurso: afetações vivenciadas pelo caminho

Pois bem, esse cotidiano de medo, violência, guerra do tráfico, toque de recolher, homicídios à luz do dia, violência da polícia, tribunal do tráfico, que atravessa as vidas dos jovens de quem escrevo, não é a minha realidade. Pelo menos não foi. Como mulher branca, cis gênero, classe média, só fui ter um contato mais aproximado com esse contexto por meio das vivências de trabalho que se fizeram possíveis na minha vida a partir da conclusão de um curso superior. Talvez justamente por isso me traga estranhamento, desconforto, desassossego, me convoque a pensar sobre a forma como as juventudes vivenciam essa dura realidade e que modos de ruptura podem ser possíveis.

Minha primeira experiência na área das políticas públicas para as juventudes foi como estagiária de psicologia no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no município de São Leopoldo⁴. O ano era 2010 e a maior demanda do serviço estava relacionada às brigas de torcida de times de futebol e “bondes”, nome utilizado para designar os grupos que se reuniam em função de interesses específicos. Os chamados bondes, identificados como uma nova prática de sociabilidade e ocupação de espaços públicos, por meio de encontros geralmente combinados através da internet, passaram a figurar como grupos ligados à violência e criminalidade, sendo

⁴ Cidade próxima a capital do Rio Grande do Sul, com cerca de 213.238 habitantes.

descritos de modo alarmante pelos meios de comunicação, como podemos observar neste trecho da reportagem intitulada “Bondes: o primeiro passo da violência”, do jornal Diário Gaúcho, de 6 de outubro de 2010:

..., mas o que era considerado arruaça de adolescentes está deixando rastros de crime organizado. Jovens com menos de 18 anos vivem nos bondes a sua primeira experiência como bandidos, através dos arrastões, furtos, agressões e espancamentos. Não é raro estes grupos serem recrutados por traficantes.

Os jovens, por sua vez, também “utilizam de tais associações, construindo performances por meio das quais corporificam a figura do “perigo”” (Suelen ACOSTA, 2019). Fátima Rosa (2014), ao analisar o fenômeno dos bondes, refere que estas mobilizações organizadas que se dão em forma de pichações, assaltos e grandes brigas generalizadas, tendo como cenário espaços de ampla circulação de pessoas em uma área nobre da cidade, podem ter como significado a utilização de um meio violento para demonstrar força, representatividade e a potência que a demanda dos grupos representa.

Contudo, a resposta do Estado foi muito mais no sentido da repressão de tal fenômeno, através de ações ostensivas da polícia, não havendo assim uma mobilização expressiva no sentido de ressignificar a demanda dos jovens em relação à visibilização e ocupação dos espaços públicos. Em um momento posterior, este fenômeno reconfigurou-se nos chamados “rolezinhos”, onde grandes grupos de adolescentes, por meio das redes sociais, articulavam encontros em shoppings e locais de ampla circulação. Este novo movimento também foi marginalizado pelo poder público, mas encontrou acolhida em alguns movimentos independentes, como as festas de rua e as batalhas de hip hop, por exemplo.

Neste período, atuei como psicóloga simultaneamente no Serviço de Medidas Socioeducativas de Canoas⁵ e na Casa das Juventudes⁶. Já era possível perceber uma mudança de perfil do adolescente/jovem que chegava até o serviço. A demanda predominante era relacionada ao tráfico de drogas, representando 31% dos casos atendidos no ano de 2012 pelo serviço de medidas socioeducativas de Canoas, segundo dados do Seminário Municipal de Medidas Socioeducativas (2012). O termo

⁵ Município vizinho à capital gaúcha, com cerca de 344.957 habitantes

⁶ Projeto social desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública com Cidadania, no intuito de oferecer atividades que estimulassem a disseminação de uma cultura de paz, reduzindo-se os níveis de violência nos bairros com maiores índices no município, os chamados “Territórios de Paz”.

“facção” estava popularizado entre os jovens, que, em sua maioria, apresentavam um envolvimento mais profundo com as questões ilícitas, com mais de um processo ou relações mais estreitas com as facções.

Esse momento coincidiu com o avanço do tráfico no Rio Grande do Sul e as tomadas de territórios pelas facções. Conforme apurado por Cipriani (2006) citado por Suelen Acosta (2019), a formação das facções no Brasil está relacionada à superlotação dos presídios, como uma reação dos presos às violações sofridas no cárcere. Contudo, sua força é tão grande que transcende os muros dos presídios e passa a exercer impacto direto na cidade, sobretudo, nas periferias. No Rio Grande do Sul, existem duas grandes facções: “Bala na Cara” e “Manos”, que estão disseminadas por todas as cidades da região metropolitana e arredores e nos bairros de Porto Alegre, além das facções menores, que ocupam bairros específicos, como os “V7”, “V8”, “Minhocas” e, mais recentemente, por volta de 2018, os “Antibala”. Essa dinâmica de organização do tráfico exerce influência direta na vida dos moradores das vilas, que têm sua mobilidade delimitada de acordo com os territórios de domínio de cada facção, além de passarem a conviver com a constante violência decorrente das guerras entre facções e das ações policiais.

Quando conheci Paco, ele ainda não havia tido experiência alguma com o tráfico de drogas, senão pelo uso esporádico de alguma substância psicoativa, quando estava na companhia dos outros adolescentes da vila. Chegou ao CREAS para cumprir medida socioeducativa, em decorrência de pequenos furtos à pedestres, que vinha praticando fazia quase um ano. Vinculou-se rapidamente à equipe e passou a frequentar diversas atividades. Paco vinha completando quase seis meses de sua medida socioeducativa. Estava fazendo um “caminho bom”, como costumava dizer. Mas em uma madrugada de festa tomou a decisão de acompanhar um grupo de adolescentes, que realizava um assalto à mão armada. Algum dinheiro e um celular, só pegar e sair correndo. Poderia gastar sua parte em uma festa, com alguns drinks, para impressionar as meninas e os amigos. Mas não aconteceu assim, foi tão rápido que quando se deu por conta já havia sido apreendido e logo em seguida recebeu a medida de internação, que costuma ser aplicada em casos de delitos com arma de fogo.

Quando lhe visitamos na FASE, Paco estava jogando futebol. Recepcionou a equipe com sorrisos e abraços. No vocabulário, já aparecia impressa sua passagem pela FASE: “achei que a senhora não vinha, dona”. Foi logo contando que cada canto do pátio é ocupado por uma facção e a divisão é informal e feita para que não haja conflito entre rivais. Ele agora fazia parte do grupo dos “balas na cara”, assim passava a ter proteção, identificação, aliados e inimigos bem delimitados.

Era dia de visita domiciliar na Casa das Juventudes, momento em que a equipe psicossocial realizava um acompanhamento mais próximo, visitando as famílias dos jovens que apresentavam maior vulnerabilidade no contexto familiar, possuíam questões de saúde mental ou se encontravam em situação de evasão escolar e, sobretudo, aqueles que estavam ausentes das atividades, no intuito de estimular o retorno à participação. A Casa das Juventudes era um projeto da Secretaria de Segurança Pública, por isso, as visitas eram realizadas em veículo da Guarda Municipal, conduzido por um guarda, fardado e armado, situação nem sempre confortável para as pessoas atendidas. Ao acessarmos a rua ao fundo do estabelecimento, logo avistamos a paisagem que dava nome ao bairro, Mato Grande. De um lado a imensa área de mata quase fechada se estendia para além de onde nossa visão poderia alcançar, de outro, casas diversas. Em meio à mata fechada, um espaço aberto chama a atenção. Uma trilha curta, com uma pilha de pneus ao fundo. O guarda para o carro e explica que se trata do chamado micro-ondas, os pneus são utilizados pelas facções para queimar seus inimigos ou aqueles que ficam devendo dinheiro de drogas. No solo, marcas de fogo denunciavam a barbárie no caminho percorrido diariamente pelos jovens até a Casa das Juventudes, projeto que trabalhava na perspectiva da cultura de paz.

Paco, o micro-ondas e a Casa das Juventudes entraram na minha vida no mesmo período. Ambos parecem dizer algo sobre guerra e paz, vida e morte. Paco entrou para a facção na busca de garantir paz durante a internação na FASE. O micro-ondas fazia parte do cotidiano dos jovens da Casa das Juventudes, que por algum tempo lhes serviu como um escape, uma possibilidade de acessar outras vivências. A facção em que Paco ingressou e o micro-ondas permanecem não somente

presentes para estes jovens, mas compõem o contexto de grande parte dos moradores de vilas e favelas. A Casa das Juventudes foi desarticulada três anos após sua implantação, reconfigurando-se no Centro Integrado de Direitos, passando a atender o público diverso em suas demandas espontâneas e fazer encaminhamentos e, atualmente, não oferece atividades voltadas à adolescentes e jovens.

Ao passo em que Paco ia se apropriando cada vez mais da rotina das facções, o micro-ondas ardia chamuscas que prenunciavam um futuro ainda mais difícil para os jovens moradores das periferias e a Casa das Juventudes agonizava, tentando manter-se ativa apesar da precariedade que enfrentava; também passavam a se intensificar os debates acerca da redução da idade penal e ampliação de presídios. Ambos emergiam como respostas possíveis para a resolução da problemática da violência, utilizados em grande medida, como proposta para a campanha eleitoral de 2014, sobretudo pelas bancadas de direita.⁷ A mídia contribuiu ativamente para a formação de opinião, inundando noticiários e capas de jornais com crimes em que houve alguma participação de adolescentes. Estes passam a aparecer como protagonistas neste cenário e são referidos enfaticamente como menores, criminosos ou delinquentes.

Ao mesmo tempo em que em Brasília o poder legislativo dedicava amplos esforços a discutir a redução da idade penal, em Canoas buscávamos estratégias para dar continuidade às oficinas na Casa das Juventudes enquanto o prédio, bastante inadequado em termos de estrutura, condições de salubridade e rede elétrica, passava por uma readequação para o PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio. A reforma impossibilitava a realização das atividades no local e a instituição que fazia a gestão do projeto, uma rede educacional, cedeu-nos uma sala em uma de suas escolas particulares, no centro do município. Ao adentrarem o local, a reação dos jovens foi de admiração. A maioria deles sequer imaginava um estabelecimento de ensino com aquela estrutura. Conheceram a academia de ginástica, com piscina poliesportiva e os laboratórios de informática. Contudo, o que mais lhes produziu

⁷ Representada pelos partidos PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), MDB (Movimento Democrático Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático), PP (Partido Progressista), PTC (Partido Trabalhista Cristão), DEM (Democratas), PSC (Partido Social Cristão), PSL (Partido Social Liberal), PRB (Republicanos), PMN (Partido da Mobilização Nacional), entre outros.

exclamações foi a sala de aula, com classes brancas e tela de projeção. “Tudo limpo!” “Tudo novinho!”. Naquele dia, a atividade transcorreu com a participação de todos. Mesmo os jovens que não costumavam se implicar no que era proposto, demonstraram maior dedicação. Ficaram tão entusiasmados que decidiram que ao final do jogo que havíamos proposto, o grupo com menor pontuação deveria pedir abraços para as pessoas que estivessem transitando dentro da escola. No final, todos eles resolveram sair em busca dos abraços. Abordaram funcionários e alunos, como se procurassem uma acolhida naquele espaço.

O desejo de ser acolhido e a afetividade também eram marcas registradas de Paco, que por onde passava estabelecia bons vínculos, tanto com colegas, como com os profissionais que o atendiam. Algumas vezes no desejo de pertencer, acabou fazendo escolhas que não lhe favoreceram ou que eram as únicas possíveis dentro de seu contexto, mas uma coisa que deveríamos aprender com Paco, é sobre políticas da amizade⁸.

Os afetos de Paco e dos jovens da Casa das Juventudes, contudo, não encontraram ressonância no restante da sociedade, que inflamada pelos discursos de ódio, passava a naturalizar a barbárie, como modo de organização social. Emergia o fenômeno dos “justiceiros”, onde grupos, em nome do clamor por justiça, passaram a praticar crimes de espancamento e até mesmo linchamento contra pessoas identificadas como criminosas ou suspeitas. Cidadãos comuns, famílias e até mesmo, crianças participam dos atos assassinos, não somente como espectadores, tal como nos suplícios praticados na idade média, descritos por Michael Foucault (1999), mas tornam-se eles mesmos os carrascos, imbuídos pela moralidade e protegidos por uma suposta razão, que desumaniza completamente a figura do suposto bandido. Tal fenômeno choca profundamente tanto pela crueldade, quanto pela discrepância, já que os cidadãos que o praticaram são os mesmos que demandam mais segurança e menos violência... Menos violência contra quem?

Segundo José Martins (2015), a incidência no Brasil é de em torno de quatro linchamentos ou tentativas diárias, configurando um dos índices mais altos do mundo.

⁸ Referência ao livro Políticas da Inimizade, de Achille Mbembe, publicado em 2017.

Ele apurou ainda, que nos últimos sessenta anos mais de um milhão de cidadãos brasileiros participaram desse fenômeno pelas ruas. É como se houvesse uma “autorização” para determinadas violências, dependendo de quem mata e quem morre, tornando evidente, assim, o modo como a justiça se confunde com vingança e algumas vidas deixam de ser consideradas como tais.

Nesse sentido, Clayton Rodrigues, Cleides Santana e Ana Nobrega (2018) apontam que a violência de morte é naturalizada a partir de um jogo de enunciados que colocam determinados grupos sociais em contradição com o humano. Eles sugerem, a partir do estudo das obras de Foucault e Bordieu, que a violência possui um lado efetivo, exercitado e outro, justificador. Este tem um papel legitimador, trata-se de um regime de construção de verdades que se fazem circular como naturalizados com seus discursos e efeitos.

No ano de 2015 passei a compor a equipe do PPCAAM, onde as situações que chegavam estavam de fato no limite entre a vida e a morte. Passei a conviver com inúmeras histórias de pessoas que precisaram mudar completamente suas vidas para preservá-las e de jovens que não percebiam suas vidas como algo a ser preservado. Ouvi relatos de extrema violência, sofrida... praticada... relatados sem expressão alguma de afeto, assim como quem conta qualquer coisa sobre o seu cotidiano.

Você já esteve em uma situação de risco tão extremo que pensou que iria morrer? Eu nunca. Para grande parte dos jovens moradores das periferias isso é tão cotidiano que eles nem conseguem precisar quantas vezes aconteceu. É como se suas vidas estivessem sempre em um limite tão tênue que o mínimo movimento, gesto ou palavra possa significar a diferença entre amanhecer o dia, voltar para casa ou não. Neste contexto, vida e morte, viver, matar, morrer, adquirem outros significados. Muitos deles dizem que é questão de sorte.

Plínio tinha seis anos de idade quando viu um policial atirar em um homem que adentrava a vila correndo após ter furtado um celular. Nem se assustou muito com os tiros, já havia ouvido os estampidos outras vezes. Mas ao ver tombando ao chão, aquele corpo, negro como o seu; mirou o olhar de pavor do homem e teve certeza de

que sua vida valia menos do que o aparelho celular. No pensamento um certo lampejo que lhe dizia que para ter valor, deveria possuir o celular e muito mais.

O movimento que se observava naquele momento era de exacerbação da exposição da violência, que ocupa não somente noticiários em tom sensacionalista, mas também é exibida por quem a pratica. Os corpos assassinados pelas facções são desmembrados, fotografados e postados, como troféus.

É também neste cenário que as ações das facções da capital têm mostrado maior preocupação estética. As disputas entre as facções pelo domínio dos territórios da cidade ganham significados novos, como se pode observar no uso de práticas como esquartejamento e exposição dos corpos de membros de facções rivais. Nesses casos, nota-se que a violência não cumpre somente o papel instrumental, econômico, mas também um meio de expressar poder. A repercussão desse tipo de crime é muito maior, espalhando a mensagem de que aquela é a facção que manda naquele território (Suelen ACOSTA, 2019, p.06).

Os vídeos de homicídios e fotos de corpos esquartejados inundam as redes sociais e a população vocífera em comentários que naturalizam e justificam as mortes de jovens periféricos e negros. “Menos um!”, dizem eles. A violência Estatal também ocupa o mesmo espaço e é aplaudida por uma população autointitulada “cidadãos de bem”.

Foi ainda no ano de 2015 que tramitou no plenário da câmara dos deputados o Projeto de Emenda Constitucional 171/93, conhecida popularmente como a PEC da redução da maioria penal. Assim, as práticas essencialmente punitivas passam a figurar como única alternativa de resposta imediata para a redução da violência. A PEC tem o apoio de grande parte da população, que diante do apelo midiático, passa a demandar o agravamento das penas para os adolescentes “levando a crer que o aumento da violência urbana está diretamente relacionado à “impunidade” e não a causas estruturais agravadas pelas falhas nas políticas sociais que deveriam prevenir e enfrentar a questão” (Ilana PAIVA & Isabel OLIVEIRA, 2015, p. 44-45).

Nos anos seguintes, passamos a vivenciar um significativo processo de precarização e desmonte das políticas públicas, sobretudo a partir da implementação da Proposta de Emenda Constitucional 241, conhecida como PEC da Morte, que congelou as despesas do governo federal por vinte anos, impactando diretamente nas

áreas da saúde, educação e assistência social. Concomitante à isso, a repercussão midiática da violência e a demanda da população por mais segurança foram alguns dos fatores que produziram o cenário atual, onde a extrema direita governa o país e parte da população realiza protestos inflamados pedindo a volta da ditadura militar e o fechamento do Superior Tribunal Federal. Foi realizado um significativo corte de recursos na educação e os grandes projetos apresentados para reduzir a violência consistem em facilitar o acesso da população a armas de fogo, revogando o Estatuto do Desarmamento e instalando o Decreto das Armas e o aumento da repressão policial, amparado pelo “Excludente de Ilícitude”, que compõe o chamado Pacote Anticrime e pode isentar a pena de policiais que causarem mortes durante o exercício de suas atividades, além, é claro, da implementação de novos presídios. Assim, nas periferias, como na ocupação colonial contemporânea⁹, descrita por Mbembe (2018), a vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar.

E essas trilhas foram me levando a adentrar os sinuosos caminhos dos encontros com essas vidas que existem e resistem, com situações de vida e de morte, de vulnerabilidade e de potência, e ajudaram a me constituir como profissional, psicóloga, sujeito... Aprendendo a andar pelos becos e vielas, onde o carro da assistência não passa... “É Bolsa Família¹⁰, moço!” A frase que abria o caminho entre os olheiros das vilas e permitia chegar aos lugares mais distantes, distância social. Experimentei os sabores dos mais variados cafés, das casas das famílias visitadas e conheci suas estratégias de sobrevivência e as relações de afeto e cuidado que se estabelecem nos territórios e com os serviços. Com alguma frequência, durante o trabalho na assistência social, recebia solicitações para avaliar se a casa de determinada família era adequada. Ora, o que é exatamente uma casa adequada? Adequada para quem?

Durante o curso dessa pesquisa, a atuação das forças policiais e governamentais em nosso país vem protagonizando verdadeiras tragédias, que

⁹Mbembe (2018) utiliza a expressão “ocupação colonial contemporânea” para designar a situação de colonização na Palestina, a qual, segundo ele, é a forma mais bem sucedida de necropoder, pois, se trata de uma concatenação dos poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico, possibilitando, assim, a dominação absoluta do poder colonial sobre os habitantes do território.

¹⁰ Programa de transferência de renda do Governo Federal, cuja porta de entrada se dá por meio dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

confirmam a instauração de uma política de morte, onde o jovem, morador das periferias é o principal alvo. Enquanto essas linhas são escritas, um pai de família negro foi morto pelo exército, com 80 tiros de fuzil, seis crianças foram mortas em operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro e outras doze ficaram feridas, um adolescente negro foi morto pela polícia em Santa Catarina, por estar com uma arma de brinquedo no pátio de sua casa, nove jovens morreram durante ação policial em uma festa na favela de Paraisópolis, no Rio de Janeiro, isso para citar somente alguns dos casos de maior repercussão.

No decorrer dos últimos meses de escrita dessa dissertação atingimos o que podemos considerar o retrato mais sombrio de nossa história recente. A partir de janeiro de 2020, o mundo foi assolado pela pandemia causada pelo SARS-CoV2, o novo coronavírus, batizado como COVID-19. O vírus chegou ao Brasil em meados de março do corrente ano e já atinge a marca de quase noventa mil mortos¹¹. Não há ainda algum tipo de medida efetiva para a sua contenção e a orientação do Governo Federal é de que a economia do país deve se manter ativa, mesmo que isso custe muitas vidas. A população parece demonstrar certo conformismo, naturalizando as mortes, que passam a ocorrer aos milhares, diariamente. O cenário reforça ainda mais as relações de desigualdade e o processo genocida que se instaura sobre a população mais pobre, que não possui recursos para acesso aos serviços privados de saúde e nem mesmo condições de manter-se afastada das suas atividades de geração de renda para realizar o isolamento social, conforme orientação dos órgãos de saúde, como prática preventiva.

Em relação a isso, Achille Mbembe (2020), em entrevista publicada pelo site ClickRBS¹², assenta que “o sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer”. Para ele, essa lógica de sacrifício esteve desde sempre no coração do neoliberalismo: “esse sistema sempre operou com a ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado”. E bem sabemos que o tecido social mais vulnerável em nossa sociedade habita as periferias e é composto pelos pobres e negros, sobre quem recaem todos os tipos de

¹¹ Em 27/07/2020.

¹² Entrevista publicada em 31/03/2020, no endereço: <https://gauchazh.clickrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica-ck8fpqew2000e01ob8utoadx0.html>

violências, desde as produzidas pela desigualdade até as operadas de forma ativa e explícita pelos braços do Estado.

Neste cenário, onde as lentes parecem ter seu foco ajustado para enquadramentos que promovem a criminalização da miséria e ajudam a construir a figura de um inimigo ficcional¹³, endossando a lógica do encarceramento e legitimando a aniquilação da população jovem, negra e periférica, torna-se necessário possibilitar outros olhares. Construir narrativas outras, deslocamentos de imagens que apontem para a afirmação de possibilidades de vida e que também nos levem a questionar os processos políticos e sociais em que estamos imersos. No capítulo seguinte temos o detalhamento da metodologia utilizada para escritura dessas vidas e de suas resistências cotidianas.

¹³ Termo utilizado por Mbembe (2018), que será melhor descrito no decorrer do texto.

2 Para iluminar as trilhas

2.1 Sobre escrever resistências...

Pier Pasolini (1941)¹⁴, no auge do fascismo, enfatiza que para resistir é preciso iluminar a noite com alguns lampejos de pensamento, poesia ou simplesmente observar a dança dos vagalumes. Para adentrar a noite sombria, tal qual alguém que parte a uma expedição por caminhos incertos, é preciso uma boa companhia, além de alguns instrumentos imprescindíveis: uma bússola para orientar o caminho, algo para iluminar, matar a sede, alimentar, aquecer, roupas e calçados confortáveis e uma boa câmera para registrar o percurso. Tudo isso com cuidado, pois, precisa caber em uma mochila e ser carregado. Pensando nisso, foram escolhidos os elementos que compõem o trajeto dessa pesquisa.

Achille Mbembe e Judith Butler nos ajudam, através dos conceitos de necropolítica e vidas precárias, a problematizar o modo como o Estado vem se ocupando das questões de violência e vulnerabilidade que envolvem a população jovem e identificar algumas forças que atuam na precarização dessas vidas. A necropolítica busca explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, evidenciando a desumanização de determinados sujeitos a partir da colonização e da escravidão, que os coloca “em uma terceira zona, entre o status de sujeito e de objeto” (MBEMBE, 2017). O autor traz a ideia de sujeitos supérfluos, referindo-se a um determinado segmento da população que se tornou dispensável aos interesses econômicos a partir de transformações do capitalismo, resultando em movimentos de aniquilação em massa. Butler (2015) nos leva a refletir acerca da naturalização da necropolítica. Ela atenta para os modos culturais de regulação das disposições afetivas e éticas, que ocorrem através de enquadramentos seletivos e diferenciados da violência, a partir de condições normativas, fazendo com que uma vida seja ou não considerada como tal.

No cenário brasileiro, observa-se a produção destes enquadramentos em relação aos jovens nas periferias, sobretudo, na criação de narrativas, que levam a construção de estereótipos. A “guerra às drogas”, por exemplo, ao determinar um

¹⁴ Em Didi-Huberman (2011).

inimigo específico, o traficante, e designar as favelas e periferias como seu lugar de atuação, acaba por naturalizar a morte dos corpos jovens e negros nestes locais. O impacto ainda se estende ao sistema penal, onde novamente são os corpos negros que compõem a maior população.

Já Foucault auxilia a pensar sobre as relações de poder e os regimes de verdade e, assim, problematizar as trilhas que se encontram já delineadas pelo caminho, pensar sobre porque por aqui e não por ali, abrindo possibilidades para arriscar desbravar outras. Ele não nos deixa esquecer de que “é preciso também que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares” (FOUCAULT, 1997, p. 24). Assim, Foucault contribui para o transbordamento das questões das juventudes das periferias para além dos discursos que às produzem, como a construção da ideia de sujeito perigoso, que recai sobre estes jovens e é hiperdimensionalizada pelas várias instituições, sobretudo pela mídia. Trata-se da existência de práticas discursivas que acabam por consolidar determinadas “verdades” sobre os jovens pobres e moradores das periferias e atuam como forma de justificativa para ações cada vez mais duras e punitivas, no suposto intuito de manter a ordem social. “Ao que parece, além da morte física, estes jovens também são condenados simbolicamente, já que os estereótipos construídos sobre os mesmos não dão outras chances de representação de si mesmos além destes sentidos pré-determinados” (Gardene MENDES, 2009, p. 84).

E constatando assim, a força presente nas narrativas que se constroem, também as tomo como instrumento de pesquisa, considerando, como assinalado pela escritora Chimamanda Adichie (2009), a importância de se contar outras histórias. Ela destaca que a criação de histórias únicas está relacionada ao exercício do poder: “poder é a habilidade não somente de contar a história de outra pessoa, mas de fazer daquela a história definitiva dessa pessoa”. Para ela, o risco consiste na superficialização da experiência do sujeito e cristalização de estereótipos que constroem identidades e negligenciam todas as outras narrativas possíveis.

Assim como Judith Butler (2015) coloca em relação às normas existentes que atribuem diferentes formas de reconhecimento, não se intenta aqui fornecer novas possibilidades de enquadramentos na tentativa de aumentar a possibilidade de reconhecimento. Trata-se de subverter a imagem, buscar uma ruptura no

enquadramento, nem que seja uma pequena brecha para desnaturalizar uma realidade presente na vida dos jovens moradores das periferias, “expondo os planos orquestradores da autoridade que procurava controlar o enquadramento” (p. 28).

Desconstruir enunciados prontos para possibilitar outros olhares, requer abertura de brechas, rachaduras, que permitam a penetração das fagulhas de luz que rompem com a escuridão da noite, requer especial atenção ao detalhe, aquilo que escapa. Mas como falar de resistência a partir do retrato de vidas que existem em condição tão frágil? Que dançam na corda bamba do viver e do morrer e experimentam o limiar vida e morte não como polos opostos, mas linhas que se compõem e entrecruzam ao ritmo de um tempo que de tão acelerado e constante, torna-se quase imperceptível. Como contar essas vidas? Vidas que são muitas e ao mesmo tempo, afirmam-se na potência de suas especificidades.

Não sei como desenhar o menino, sei que é impossível desenhá-lo a carvão, pois, até o bico de pena mancha o papel para além da finíssima linha de extrema atualidade que ele vive (Clarice LISPECTOR, 2009).

Gilles Deleuze (1992) nos fala sobre a indignidade de falar pelos outros, nos apontando a necessidade de uma escrita não colonizadora e cuidadosa. Ele esclarece que não se trata de falar em primeira pessoa do singular, mas de nomear potências impessoais, físicas e mentais enfrentadas e combatidas na busca de um objetivo, tomando todo o Ser como político. Nesse sentido, Luciano Bedin da Costa (2010) nos coloca que “escrever sobre alguém é escrever entre alguém e com o eco do alguém de outros” (p.92).

Jacques Rancière (2017) nos diz sobre a escrita que:

é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma. (p. 7).

Recorremos então ao exercício de fazer-se passagem e dar passagem às experiências vividas, buscando compor com estas vidas, que embora singulares, representam as vidas de tantos outros. Como diz Fernando Pessoa (1994, p.182), “vivem em nós inúmeros... Tenho mais almas que uma. Há mais eus do que eu

mesmo”. Assim, ao narrar as histórias de Paco, Plínio, Paulo, Pierre, Pedro, Peterson, Patrick, Priscila, Patrícia, Piter, Pablo e Pietro estou contando-lhes a de outros tantos, meninos de muitas histórias ou histórias de muitos meninos. O que eles nos dizem? Que aspectos de nossa sociedade suas vidas denunciam? Esses “meninos “P”, de (in) próprio¹⁵”:

...o menino corre, corre, corre
faz seus corres ...
podia ser até flecha, adaga, lança
mas é lançado fora
vive sempre pelas margens... (Luz RIBEIRO, 2006).

Para escrevê-los em seus pequenos grandes atos de resistência e subversão, preciso de uma escrita igualmente subversiva, porém sensível, que possibilite a visibilização dos detalhes, pequenas sutilezas que compõem essas vidas e muitas vezes às fazem possíveis. É preciso também um compromisso ético/político em romper com estereótipos, buscar outros ângulos para além daqueles que costumam ser noticiados sobre os jovens moradores das periferias e que de modo algum totalizam suas experiências.

Escolho, assim, caminhar com Roland Barthes, que nos ensina sobre a potência dos fragmentos e a força das pequenezas. Revisito minhas memórias, registros pessoais, recorro a materiais midiáticos e assim, componho uma escrita errante, sem pretensão de reproduzir uma realidade pessoal ou encontrar uma verdade objetiva, pois isso seria afirmar a impotência da criação (Laura ALMEIDA, 2011). Não se trata somente de evocar uma memória pregressa, mas buscar uma lembrança que se atualiza a partir do encontro com aqueles que são escritos e se constituem na escritura, pois, antes disso, não eram. Testemunho daquilo que faz corpo entre o escritor e seu personagem (Luciano COSTA, 2010).

Ao analisar a fotografia, Barthes (1984) a qualifica como pertencente “a classe de objetos folhados, cuja as duas folhas não podem ser separadas sem destruí-los... dualidades que podemos conceber, mas não perceber” (p. 15). Dá-nos assim a entendê-la como possível instrumento para pensarmos o limiar vida e morte em que

¹⁵ Termo utilizado em alusão à poesia de Luz Ribeiro.

transitam as experiências dos jovens nas periferias. Ainda buscando maior compreensão sobre a fotografia, Barthes mergulha em seus afetos em relação as imagens fotográficas, identificando a partir de seu interesse o que chamou de *studium*, que consiste em um interesse geral, ainda sem uma intensidade específica. Afinando mais ainda a análise sobre seus afetos, Barthes chega ao conceito de *punctum*, que trata do ponto sensível da fotografia, que captura o espectador, o atinge como uma picada. “O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere)” (p. 46). O *studium* está relacionado ao reconhecimento das intenções do fotógrafo, já o *punctum*, é a flecha que atravessa intempestivamente o espectador.

Deslocando estes conceitos ao nível da escrita biográfica, aproximamo-nos do que Barthes nomeou como biografema:

do mesmo modo, gosto de certos traços biográficos, que na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de “biografemas”; a fotografia tem com a história a mesma relação que o biografema com a biografia. (p. 51).

Assim, a analogia com a fotografia apresenta-se como uma proposta de texto-imagem, apostando na potência dos fragmentos de uma história, sem aprisionar-se a linearidade cronológica dos acontecimentos, mas aberta a possibilidades de criação. O biografema permite focar naquilo que escapa, como uma foto espontânea, capturada por uma lente distraída que se encontra subitamente atraída por algo que lhe punge, uma inflexão na cena. Como as tentativas ínfimas, silenciosas, porém, vitais das juventudes, suas lutas minúsculas e cotidianas para resistir à necropolítica que atua sobre e em oposição à vida nas periferias.

Tal como o *punctum* na fotografia atua como elemento de expansão para além dela própria, no campo da narrativa biográfica, podemos pensá-lo como aquilo que abre possibilidades para o devir, um elemento de passagem em meio a crueza da cena que abre espaço para a criação de novos possíveis, outros modos de vir a ser. O texto-imagem surge como possibilidade de retratar em palavras fragmentos infotografáveis de vidas que tal qual os homens infames, descritos por Michel Foucault (2006), somente deixam seus rastros a partir do encontro com o poder. Utilizo o termo infotografável para remeter à situação do meu encontro com essas vidas, através das vias institucionais, na atuação como psicóloga em instituições de cumprimento de

medidas socioeducativas e no Programa de Proteção para Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Vidas que, embora não possam ser fotografadas em tal situação, passam a ganhar certos enquadramentos ao habitarem os prontuários dos serviços de atendimentos e cujo os acontecimentos denunciam as infâmias sociais, encobertas pelos discursos individualizantes.

Ewerton Ribeiro (2015), ao experienciar esse deslocamento em sua escrita, observa que o biografema permite ajustar o zoom biográfico a um detalhe da vida do biografado:

o objetivo desse ajuste é finalmente possibilitar a percepção daqueles detalhes, daquelas ranhuras, daquelas nuances que só podem ser vistas de perto, em atenção dedicada. O biografema fomenta essa perscrutação. (p. 57).

Assim, o biografema seria um acontecimento da biografia, o que sobra da vida, o que se exclui noutras ordens de testemunho (Laura ALMEIDA, 2011). Os traços biografemáticos são compostos por aquilo que nos encanta e que pode passar despercebido aos olhos dos biógrafos. Interessam-me aqui os pequenos gestos de subversão, os atos de insurgência, mesmo que minúsculos, mas que apontam para possibilidades de escapar das normas pré-estabelecidas inseridas no contexto necropolítico, aquilo que dá um certo “respiro” e aponta em direção a criação de possibilidades outras de vida para os jovens da periferia, para além da política de morte. Interessa-nos, ainda, enquanto compromisso social e político, visibilizar e problematizar os modos sutis como os movimentos necropolíticos se fazem presentes na vida destes jovens, a forma como se atualizam e operam em seu dia-a-dia, travando verdadeiras batalhas no sentido de reduzir sua potência de vida.

Gabriel Feil (2010) explica que o biografema possibilita a visibilização dos detalhes que, extraídos tanto da vida do autor, como de figuras, personagens, conceitos que movimentam as obras, são transformados em signos de escritura, aquilo que instiga e dispara um texto. Abre assim espaço para composições de vidas, permitindo não limitar-se à história referenciada, se ocupando, para além dela, dos procedimentos de reinvenção. Ficção e realidade se encontram buscando a intensificação máxima de significações (FEIL, 2010). Assim, o biografema afirma a ficção, sustentando-se na fragmentação, na escrita do detalhe e na afirmação de fatos descontínuos.

Embora possa partir daquilo que testemunha a existência de uma vida, não há busca por um registro verdadeiro e total daquilo que existiu (Luciano Bedin COSTA, 2010). Trata-se de fazer viver o que ainda não se sabe de um vivido, de criar possibilidades nos espaços vazios que compõem uma vida. Permitir-se ficcionar é abrir espaço para uma escrita do desejo, que se propõe a falar do sutil da existência (Laura ALMEIDA, 2011). “E desejar é estar sempre no caminho” (Eliane BRUM, 2013, p. 83). Não se trata de um descompromisso com a realidade e sim, de um realismo que se sustenta na ideia de um real sempre em vias de ser feito, um real impossível de ser aprisionado (Luciano COSTA, 2010).

A pesquisa biografemática não busca delimitar uma experiência, mas sim desdobrar-se, é um movimento de criação. Trata-se de um exercício de (re)invenção de si, outrar-se numa história. Para Barthes (1967), o escritor moderno não está de modo algum provido de um ser que procederia ou excederia a sua escrita, ele não existe em outro tempo para além da anunciação: “transfiguro a realidade e então outra realidade sonhadora e sonâmbula, me cria” (Clarice LISPECTOR, 1980, p. 26).

Barthes (1967), em *A Morte do Autor*, assinala a natureza constitutivamente ambígua de uma escrita que não se pretende fechada na interpretação do próprio autor. Assim, conforme cita nas palavras de Balzac: “a sua origem, a sua voz não é o verdadeiro lugar da escrita, é a leitura”, sendo o seu devir, o leitor. Assim, esta escritura busca também comprometer-se com as possibilidades de rupturas das normas rígidas que atravessam os discursos, abrindo margem para a criação de desvios, sustentando também o lugar dos não ditos. As passagens de vidas que aqui se pretendeu relatar fazem-se em palavras, mas também são compostas por silêncios, por espaços e estes também dizem de muitas outras coisas. E “já que se há de escrever... que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas” (Clarice LISPECTOR, 1999, p.19).

Assim, a escrita biografemática, inspirada nas noções de *studium* e *punctum*, desenvolvidas por Barthes, nos indica um caminho possível para uma escrita que visa enfatizar os movimentos singulares dos jovens moradores das periferias, em suas possibilidades insurgentes, abrindo espaços reflexivos para pensar as ações políticas, sociais e subjetivas que atravessam suas vidas cotidianas. Consideramos a noção de potência, conforme descrita por Deleuze (1992) como um transbordamento, a

capacidade de criação de novos modos de existir, através das linhas de fuga que permitem escapar da normatividade dos dispositivos. Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), ao nos apontarem os caminhos para uma literatura menor, indicam que tudo é político, cada caso é relacionado à política e tudo adquire valor coletivo. Mantenho, assim, um compromisso com a coletividade, sustentando a impermanência, fragmentação e capacidade inventiva destas vidas que em algum momento, atravessaram a minha.

Os personagens aqui apresentados existem ficcionalmente e em muitas vidas. Suas vozes ecoam dentro de mim e os estilhaços deixados pela intensidade com que atravessaram minha vida produziram as marcas que agora transformo em palavra escrita e imagética. Ao revisitar as memórias de suas passagens em minha vida, “empreendo um caminho de volta, que não é volta, porque sou outra. Voltar é sempre uma impossibilidade” (Eliane BRUM, 2013, p. 77).

Nesse cenário, a poética surge não somente como recurso estético, para dar leveza ao percurso e quebrar a aspereza das pedras que estão postas no caminho e muitas vezes dificultam a apreciação da paisagem, mas como aproximação do mundo sensível e experiência de afetação. Talvez como um ponto de encontro entre as coisas do mundo e os nossos afetos. Além de apresentar-se como instrumento político e de resistência para o enfrentamento das barbáries dos nossos tempos, pois, como indica Pasolini, equivale aos “lampejos, ao mesmo tempo eróticos, alegres e inventivos”¹⁶. Consiste na “arte de fraturar a linguagem, de quebrar as aparências, de desunir a unidade do tempo” (Agamben apud Didi-Huberman, 2011). Assim, caminhamos com Clarice Lispector, Luz Ribeiro, Fernando Pessoa, Bia Ferreira e suas críticas cotidianas, denúncias, confrontações, desassossegos e atenção aos detalhes.

Assim, essa pesquisa é feita de lampejos, das faíscas que insistem em continuar acendendo para iluminar a noite escura, forjando as possibilidades de viver e resistir que despontam em reação à política de morte operada sobre os corpos dos jovens nas periferias. Essa dissertação compõe-se de muitas inquietações que foram se construindo a partir dos encontros que a vida me possibilitou. Agora, como pesquisadora/biografóloga faço-me passagem às vidas que se fazem nesta escritura. Reafirmar a existência destes jovens como vidas que importam, já é em si um ato de

¹⁶ Em Didi-Huberman (2011).

resistência e subversão. Busco, de tal modo, tecer uma escrita ética, estética e política, capaz de contribuir para a ampliação dos debates acerca do genocídio da população jovem, negra e periférica. Mergulhar nas sombras, falar de exclusão, violência e morte é preciso para tentar encontrar as brechas que permitem o aparecimento das fagulhas, fazendo a vida transbordar.

3 Mergulhar nas sombras para perceber as fagulhas

Afastava-se aos poucos daquela zona onde as coisas têm forma fixa e arestas, onde tudo tem um nome sólido e imutável. Cada vez mais afundava na região líquida, quieta e insondável, onde pairavam névoas vagas e frescas como as da madrugada... (Clarice Lispector).

Mario Baptista tornou-se fotógrafo profissional há não muito tempo. Atualmente viaja o mundo fotografando rastros de luz. Trata-se de uma técnica de longa exposição em que se torna possível captar o exato momento da formação do feixe de luz deixado pela passagem de uma pessoa ou veículo. Suas fotos são tiradas à noite e o jogo de luz e sombras marca a tonalidade das imagens, enfatizando áreas específicas. Baptista explica que chega a ficar duas horas no mesmo local e tirar em torno de 300 fotografias para conseguir uma boa imagem¹⁷.

Preciosas como os rastros de luz captados pelo fotógrafo Baptista, são as resistências dos jovens, que lhes permitem sobreviver apesar da política de morte instaurada nas periferias. Para que possamos percebê-las precisamos também conhecer a noite e desvelar as sombras que encobrem a realidade social. Assim, para compreender o contexto cotidiano das periferias, é preciso lançar luz sobre os processos históricos e jogos de poder e governo que culminam no que hoje pode ser qualificado como um movimento de genocídio da juventude pobre e negra, onde o Estado aparece como um dos principais protagonistas.

A gestão policialesca da miséria no Brasil remonta aos tempos do império, remetendo-nos ao colonialismo e escravismo. Achille Mbembe (2018) aponta que a escravização foi uma das primeiras experiências biopolíticas, onde o processo de desumanização do sujeito escravizado o assujeita a todos os tipos de violações, resultando em uma forma de morte-na-vida. Trata-se de uma relação de desigualdade do poder sobre a vida. O autor ao retratar os modos de terror do período colonialista, aponta a raça como elemento crucial nessa relação. Esse Outro, estrangeiro, é

¹⁷Reportagem disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2020/01/ensaio-fotografico-captura-rastros-de-luz-em-paisagens-deserticas.shtml>

concebido como ameaçador, inimigo, não humano e, portanto, passível de ser aniquilado.

Podemos remeter essa ideia ao período de “abolição da escravatura” no Brasil, em que o medo de uma possível insurreição fez com que a elite passasse a investir em políticas para imigração de europeus, tendo em vista o “branqueamento” da população e em estratégias de absoluta exclusão dos ex-escravizados dos processos de industrialização que se iniciavam. Para isso, uma das estratégias utilizadas foi o confinamento do povo negro, tanto psiquiátrico, quanto carcerário (Maiquel WERMUTH, 2018, p. 7). Assim, o controle das camadas subalternizadas da população sempre se deu por meio de estratégias perversas que incluem mecanismos de exclusão e disciplinamento rígidos e violentos.

Com o surgimento do código penal, em 1890, acentuou-se ainda mais a repressão sobre a população negra, criminalizando suas práticas, como por exemplo, a capoeira. Nesse cenário, o discurso higienista que associava o modo de vida da população negra, em aglomerados urbanos, ao risco de proliferação de doenças, serviu para viabilizar a segregação espacial, expulsando a população negra para as periferias das cidades. Desse modo a união dos saberes científicos e as relações de poder atuaram para ratificar os abismos sociais.

Nos dias atuais, percebemos o rastro do medo da insurreição do povo negro e das periferias. Ao investigar os processos históricos que reverberam nas atuações da polícia nas periferias, Maiquel WERMUTH (2018), a partir dos estudos de Flauzina (2008), aponta que se foi “na biografia da escravização negra que o sistema penal começou a se consolidar, pode-se afirmar que é na dominação étnica contemporânea que [ele] continua a operar em seus excessos” (p. 292). Assim, as marcas da perversidade do escravismo permanecem vivas, alimentando práticas excludentes e punitivas e impactando diretamente na vida das juventudes nas periferias, que convivem com o signo da morte, inscrito a partir dos movimentos que provocam seu extermínio.

É na violência da sociedade escravocrata, portanto, que se pode buscar um gérmen das “atuais políticas informais de matar pobres e pretos indiscriminadamente efetuadas por todas as polícias do Brasil, por conta do aval implícito ou explícito das classes médias e altas”, bem como das “chacinas comemoradas por amplos setores sociais de modo explícito, em presídios de pretos e brancos pobres e sem chance de se defender.” (SOUZA, 2017, apud WERMUTH, 2018, p. 293).

Contudo, ainda assim, convivemos com o mito da democracia racial, que encobre o racismo a partir de discursos que negam o preconceito e tratam a questão como estabilizada, cunhando discursos individualizantes e meritocratas.

... “No meu coração há uma paz de angústia e o meu sossego é feito de resignação” (Fernando Pessoa, p.18).

No dia 18 de maio de 2020, o adolescente João Pedro Mattos, negro, 14 anos, foi morto, com um tiro nas costas, na casa de sua tia, onde brincava com seus primos. O tiro foi desferido por policiais que realizavam uma operação no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ). Na casa foram encontradas setenta marcas de tiros¹⁸.

Na semana seguinte, em 25 de maio, a polícia protagonizou outra barbárie. Dessa vez foi nos Estados Unidos. Georges Floyd, um homem negro, de 46 anos de idade, foi morto asfixiado por um policial, durante uma abordagem supostamente em decorrência de tentar trocar uma nota falsa de vinte dólares. A asfixia ocorreu no momento em que o policial imobilizou o homem ajoelhando-se sobre seu pescoço por mais de oito minutos¹⁹.

O assassinato de Georges Floyd produziu uma revolta social tão intensa, que ressoou em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil, com protestos antirracistas que se estenderam nas semanas seguintes. Já o caso de João Pedro, também teve ampla repercussão nos meios de comunicação. Entretanto, a maior parte das notícias veiculadas na grande mídia não enfatizou o fato de se tratar de um menino negro, não vinculando assim o caso, de maneira enfática, à pauta do racismo.

Nesse sentido, Ewandro Duarte (2017) atenta para o silenciamento a respeito das mortes de pessoas negras:

Há o silêncio confortável do ver morrer: de desejar uma morte silenciosa e não conflitiva do outro racializado. O silêncio produzido pela branquidade é

¹⁸<https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/geral/2020/05/739529-adolescente-de-14-anos-e-morto-em-casa-durante-acao-da-pf-no-rio.html>

¹⁹https://pt.wikipedia.org/wiki/Assassinato_de_George_Floyd

um elemento central do genocídio. O silêncio nega a produção da humanização dos corpos mortos. Retira da morte o elemento essencial de sua humanidade, a linguagem. Precisamos falar sobre os mortos, pois isso produz sentido em nossos corpos vivos. A humanização da morte gera vida. O silêncio sobre a morte é a morte entranhada como realidade social (Ewandro Duarte, 2017, prefácio, p. XX).

A reflexão de Ewandro Duarte (2017) nos dá pistas que apontam para possíveis modos de resistência, a partir da quebra do silenciamento em um cenário onde, de acordo com ele, o racismo estrutural insiste em qualificar as vidas negras como desimportantes. Quebrar esse silêncio, contudo, não é tarefa simples, tendo em vista uma série de movimentos explícitos e implícitos em nossa sociedade, que buscam calar as vozes de quem denuncia. Alexandre Ciconello, especialista em direitos humanos e assessor da Anistia Internacional, corrobora essa ideia, afirmando que uma das bases da criação do estereótipo de sujeito perigoso, sob o qual os jovens negros das periferias passam a ser reconhecidos, encontra-se no racismo estrutural: “Temos uma sociedade que tem padrões racistas e que criminalizam as expressões da cultura negra e também os seus jovens. A face visível disso é que, para a polícia, o suspeito padrão é o jovem negro, independentemente de classe social”²⁰. Para o autor, não há um empenho efetivo na redução dos homicídios, pois, quem está morrendo são os jovens pobres e negros: “quem está morrendo não tem voz [não é escutado, eu diria], não há pressão efetiva, embora se faça essa pressão na periferia” (Alexandre CICONELLO, 2016).

²⁰ Entrevista à revista IHU OnLine. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/550860-os-corpos-mataveis-de-uma-sociedade-entrevista-especial-com-alexandre-ciconello>.



Operação policial realizada na cidade de Alvorada (RS), no dia 07/07/2020.

Era um dia de trabalho como todos os outros no PPCAAM. Entramos no taxi, meu colega Assistente Social e eu, e indicamos nosso destino: A unidade da FASE Padre Cacique. “É lá que guardam os monstros, né!?” - comentou o taxista. “Não, eles não são monstros, são adolescentes” - respondeu meu colega. Ainda tentando dar andamento ao diálogo, o taxista seguiu expressando sua opinião: “Se nesse país adolescente fosse condenado e tivesse pena de morte, a situação não seria essa...”.

Mal sabia ele que estava nos levando para conhecer Paulo, um jovem de 20 anos que finalizaria em breve o cumprimento de sua medida socioeducativa. Após dois anos de internação, Paulo não poderia voltar para o bairro onde morava com sua família, pois se encontrava sob grave ameaça de morte, após ter delatado as pessoas envolvidas no assalto em que participou. Seus pais já não o visitavam há meses, temendo novas represálias. Havia tido sua casa incendiada e sentiam-se vigiados constantemente pelos ameaçadores.

Contudo, apesar dos nossos esforços em convencer e conscientizá-lo do risco que corria, Paulo não aceitou ingressar no Programa e nem mesmo cogitou aderir a alguma outra estratégia de proteção das que foram propostas. Não queria ficar sozinho, não queria fugir. Paulo tinha medo de ficar longe de sua família e amigos. Tinha medo de ser considerado um covarde. Mas não tinha medo de morrer. E foi recusando-se a ingressar em um programa que lhe afastaria do local onde nasceu e

creceu e onde vivem seus familiares e amigos, que Paulo recusava também ao desaparecimento, espécie de morte social ofertada pelo Estado como único modo de proteção, e escolhia ser lembrado.

Paulo não se tornou uma sigla, como eram identificados os protegidos, nos arquivos do programa, mas tornou-se parte das estatísticas de homicídios do país, em menos de uma semana após sua libertação. Mais um corpo estendido no chão...

“Em vez de reza, uma praga de alguém. E um silêncio servindo de amém”²¹.

Linhas duras para expor uma realidade que não é exceção. Paulo nos convoca a pensar acerca das possibilidades ofertadas aos jovens egressos do sistema socioeducativo e penal, sobre o papel das políticas públicas em possibilitar a construção de projetos de vida ou, ao menos, possibilitar a vida desses jovens após o cumprimento da medida de internação. Sua denúncia não se fez em palavras, mas pelo próprio corpo, não foi ouvida, mas vista. Afinal, como nos lembra João Guimarães Rosa (1967), “a gente morre é para provar que viveu”²². Tornou-se registro, contribuindo para visibilizar uma das nuances mais perversas do Estado, o fazer morrer desses jovens, considerados desviantes das normas sociais. Movimentos sutis que parecem sempre ofertar-lhes a morte, simbólica, pelo desaparecimento, pelo encarceramento, por não possibilitar o rompimento com os delitos que ocasionaram a internação; ou mesmo concreta. Jovens que acabam por perder o estatuto de humanidade, se é que um dia o tiveram, passando a ser qualificados pelo ato praticado: “o adolescente em conflito com a lei”.

Esta é a lei. ...Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonhos essenciais...Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso dormimos e falsamente nos salvamos. (Clarice Lispector, 1962).

²¹ Trecho da música “De Frente Pro Crime”, composta por Aldir Blanc e João Bosco em 1977.

²² João Guimarães Rosa, em seu Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1967.

Como nos provoca Amanda Cappellari (2019), façamos estremecer a casa... Quebreemos os silêncios...

3.1 Contextos de vida e de morte

Pâmela foi dormir na casa de sua tia, na vila logo ao lado da sua, menos de três quadras de distância. Foi ajudar a cuidar sua prima, nascida havia poucos dias. Sabia, porém, que ao adentrar o território vizinho, precisava certo rito de entrada: se identificar para os líderes do tráfico e explicar suas intenções, já que residia em local inimigo. E assim o fez, obtendo autorização para o que seria uma noite de sono tranquila, interrompida, no máximo, pelo choro do bebê, anunciando que uma nova vida habitava o barraco de três peças ao fundo da Vila Quinta. A noite recém caía, levando as famílias a recolherem-se em suas casas. Em um horário cedo demais para uma adolescente dormir e perigoso demais para ficar fora de casa, foi o exato momento em que iniciou o som que povoaria seus pesadelos naquela noite. Uma mulher gritava desesperadamente, pedindo ajuda. Os gritos adentravam as frestas das paredes de madeira corroída pelo tempo e ecoavam em seus ouvidos. Pâmela, por já conhecer o cotidiano local, entendeu o contexto da situação. Tratava-se de algum tipo de tortura. Nada podia fazer a respeito. Se chamasse a polícia, seria logo identificada como delatora e lhe restaria o mesmo destino. Adormeceu abraçada à tia e a pequena prima, ao som dos gritos de horror e desespero. Gritos que prenunciavam mais uma morte entre as tantas que Pâmela já havia presenciado aos 16 anos.

Michel Foucault (2010) utiliza o termo biopolítica para analisar uma dinâmica de poder organizada em função do controle da vida, analisando não só as estruturas do Estado, mas todo o aparato que envolve a administração da vida e dos corpos. Ou seja, todas as estruturas institucionais que atuam tanto de forma a disciplinarizar os corpos, como na constituição da vida psíquica dos sujeitos, seus afetos e desejos, como a escola, a igreja, o hospital, a prisão, as técnicas de saúde, os saberes, etc. Nessa dinâmica tem-se como finalidade a produção de corpos dóceis, disciplinados e produtivos, aptos para o trabalho. Trata-se de *façer viver* ou *deixar morrer* aqueles que não se encaixam em tais enquadramentos.

Mbembe (2015) refere que para compreendermos o modo como o poder de morte atua sobre o poder da vida é necessário analisar os dispositivos de organização da morte, presentes, sobretudo, nas realidades coloniais, onde o Estado organiza a vida a partir do destino da morte. Ele aponta um horizonte onde as parcelas do poder aparecem não somente como modo de organização de formas da vida, mas como o poder que vai definir as condições da morte, trazendo a percepção de que a morte não é significada de forma igualitária em uma mesma sociedade. Assim, a gestão sobre uma população está relacionada ao poder de determinar quais são os corpos matáveis. O autor propôs o conceito de necropolítica para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, traçando um panorama sobre os movimentos de desumanização de determinados sujeitos a partir da colonização e da escravização, que os coloca “em uma terceira zona, entre o status de sujeito e de objeto” (Achille MBEMBE, 2017, p. 135). Ele atenta para movimentos de aniquilação em massa, decorrentes das transformações do capitalismo, a partir da implantação dos meios de produção em grande escala, que restringiram a necessidade da mão de obra humana, levando determinado segmento da população a tornar-se dispensável ao mercado produtivo e aos interesses socioeconômicos vigentes, autorizando, assim, a “destruição material dos corpos e populações humanos julgados como descartáveis e supérfluos” (Leomir HILÁRIO, 2016, p. 205). Ilana Paiva e Isabel Oliveira (2015) trazem essa leitura para o cenário das juventudes brasileiras, afirmando que:

como são considerados os matáveis, por terem função dentro do sistema socioeconômico e perturbarem a ordem estabelecida, não há indignação nem pedidos de justiça diante de suas mortes, ao contrário, seu noticiamento, geralmente, vem acompanhado de um comentário do tipo: mas ele (o adolescente) era envolvido com drogas. (p. 46).

Já Judith Butler (2015) nos direciona a pensar os diferentes modos de percepção da vida, lançando o questionamento “o que é uma vida?” Para ela, não é possível fazer referência ao “ser” da vida fora das operações de poder, sendo um destes mecanismos, o enquadramento, que trata das molduras sob as quais a vida é apreendida. Esse “ser” se encontra em relação com as normas, organização social e política que se desenvolve historicamente podendo maximizar ou minimizar sua precariedade e os enquadramentos que a apreendem, não somente organizam a experiência visual, como geram ontologias sobre os sujeitos. Trata-se de condições normativas que produzem e deslocam os termos que atribuem reconhecimento a

estes sujeitos. Assim, o reconhecimento de uma vida está relacionado ao conjunto normativo sob o qual se encontra. A autora ressalta ainda, que a norma não é condição única e determinante para o reconhecimento de uma vida, podendo ser transpassada por outros fatores, que venham a enquadrar o enquadramento ou o enquadrador:

“Enquadrar o enquadramento” parece envolver certa sobreposição altamente reflexiva do campo visual, mas, na minha opinião, isso não tem que resultar em formas rarefeitas de reflexividade. Ao contrário, questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro reconhecível. (p. 24).

Judith Butler (2015) aponta que um pressuposto para uma vida que importa é a possibilidade de ser enlutada. Ela explica que “a condição de ser enlutado precede e torna possível a apreensão do ser vivo como algo que vive, exposto a vida desde o início” (p. 33). Refere-se aqui ao luto público, às mortes que são socialmente concebidas como vidas perdidas de fato, ou seja, vidas consideradas dignas de serem vividas e reconhecidas como tal.

No contexto de nossa sociedade percebemos que existem marcadores bem delimitados para designar as vidas passíveis de luto e aquelas cuja as mortes não são consideradas dignas de serem lamentadas publicamente, pois estão expostas ao processo de desumanização operado pelos enquadramentos que recaem sobre si. Um indicativo disso é a conjuntura da violência letal no Brasil, publicada pelo Atlas da Violência (2019), que aponta que no ano de 2017 atingimos o maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país, sendo os mais atingidos os jovens do sexo masculino, negros, entre 15 a 19 anos de idade. Um estudo realizado pela ONG ‘El Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal A.C’, também de 2017, indica que o Brasil se insere de forma expressiva no quadro geral da violência no mundo. O estudo apontou que 19 cidades brasileiras se encontram no ranking das 50 cidades mais violentas do mundo. Esta violência, contudo, é seletiva e possui lugar, raça e classe bem delimitados: é nas favelas e periferias e sobre os corpos pobres e negros em que a guerra às drogas e a guerra ao crime naturaliza a face mais agressiva dos braços do Estado, conforme canta Elza Soares: “a carne mais barata do mercado

é a carne negra... Que vai de graça pro presídio e pra baixo do plástico, que vai de graça pro subemprego e pros hospitais psiquiátricos”²³.

Embora nos centros urbanos, a dinâmica do poder de morte sobre o poder da vida também esteja presente de alguma forma, é nas periferias que ela se torna mais exposta, até mesmo em função de seu contingente populacional. O último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2010, apontou que 6% da população brasileira reside em periferias, o que representa mais de 11 milhões de pessoas. Neste contexto, vida e morte caminham juntas. A vida aparece não como direito posto, mas algo a ser conquistado. Tal como no período escravocrata, onde os corpos negros eram mantidos vivos por sua função produtiva, observamos que os sujeitos a quem a vida é permitida no contexto periférico também possuem papéis bem delineados na cadeia econômica do país, seja como mão de obra barata à serviço das classes dominantes, seja para alimentar o sistema carcerário.

3.2 Do Governo dos Corpos Jovens ao Genocídio da Juventude

Para entender os movimentos da necropolítica e seus efeitos no cenário dos jovens pobres, moradores das periferias, é preciso tecer uma reflexão a partir dos movimentos econômicos que contribuem para a operacionalização da necropolítica. Achille Mbembe desenvolveu o conceito de necropolítica, tomando por base os estudos de Michel Foucault sobre biopolítica para analisar os processos colonialistas. Ambos conceitos são analisados por Leonir Hilário, para a compreensão do cenário em que vivemos. O autor explica que durante a ascensão e consolidação do capitalismo, entre os séculos XVI e XX, a ação foi a de assimilar grandes massas humanas no interior de grandes fábricas de produção de mercadorias. Aqui se fazia necessária a produção da vida (fazer viver), vida a ser controlada e disciplinada para servir aos meios de produção. Contudo, a partir das transformações no modo de produção capitalista, o sistema passa a precisar cada vez menos de força de trabalho. Na segunda metade do século XX, a ação passa a ser de expulsar massas humanas,

²³Música composta por Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Capelleti e interpretada por Elza Soares.

produzindo o desemprego estrutural, empurrando-as para as periferias da cidade, para as prisões ou para o aniquilamento por meio das forças policiais.

Ao analisar os movimentos do capitalismo, Hilário (2016) atenta para a aniquilação das massas humanas, que se tornaram dispensáveis ao modo de reprodução e produção de riqueza em larga escala. Passa-se, assim, a descartabilizar sujeitos, que são considerados supérfluos, dispensáveis, sobrantes. Dessa forma, há uma atualização da biopolítica, onde essa assume-se de modo mais explícito como política de morte, ainda que também sobre o pretexto da garantia da vida de uma parcela da população, a dos que são considerados úteis ao capitalismo. Os sujeitos que não são mais considerados rentáveis, começam a sobrar diante da nova estrutura social e são, portanto, expulsos do mercado formal, lançados à precariedade e as margens das cidades.

Mbembe (2017) refere que essa cisão da humanidade em populações úteis e inúteis dá-se desde o período de dominação das colônias, sendo elas divididas em colonização comercial e colonização de povoamento. Em ambos os casos, se considerava que o enriquecimento da colônia só fazia sentido se contribuísse para o enriquecimento da metrópole. Nas colônias comerciais ou de exploração, a implantação de europeus era provisória, enquanto as de povoamento, serviam de saída para os considerados indesejáveis, as categorias da população cujas necessidades os levariam à prisão ou os forçariam a mendigar, tornando-os inúteis para o país. “Esta cisão da humanidade em populações «úteis» e «inúteis» - «excedentárias» e «supérfluas» - era a regra, medindo-se a sua utilidade, basicamente, pela capacidade de desenvolvimento da força de trabalho” (p.25).

Ao examinar o conceito de biopoder de Foucault, atrelado aos conceitos de estado de exceção e estado de sítio, Mbembe (2018) analisa as trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornam-se a base normativa do direito de matar. Segundo ele, em tais instâncias o poder continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo, sendo ele próprio quem produz a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional.

Em nosso contexto, observa-se a precarização e desinvestimento na educação pública e falta de mobilidade dos jovens das periferias para acesso à educação, qualificação e trabalho, como formas sofisticadas de operacionalização da

necropolítica, que os mantém na condição de exclusão e precariedade. Ainda em relação à questão racial, Mbembe afirma que esta “foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles” (MBEMBE, 2016, p. 128).

Na economia do biopoder, o racismo tem a função de regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Para Foucault, essa seria a condição para a aceitação do fazer morrer. A percepção da existência do Outro como ameaça ou perigo, cuja eliminação reforçaria meu potencial de vida e segurança, seria um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira, quanto da última modernidade (MBEMBE, 2018, p. 18).

Através da atuação do terror, marca-se a aberração no corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto a tentativa errática de criar um espaço em que o “erro” seria minimizado, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado (MBEMBE, 2018). Observa-se aqui movimentos como a intervenção militar, no Rio de Janeiro, em 2018, que embora tenha elevado os índices de mortes nas favelas, justifica-se pelo medo e sensação de insegurança que a antecederam: em onze meses os índices de homicídios cresceram 33% e as mortes por intervenção militar, 38%, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (2018).

Mbembe atenta que, ainda que o poder dependa de um estreito controle sobre os corpos, as novas tecnologias de destruição estão mais focadas em inscrevê-los na ordem da economia máxima, representada pelo “massacre”, do que sua inserção em aparatos disciplinares. “Por sua vez, a generalização da insegurança aprofundou a distinção social entre aqueles que têm armas e os que não têm” (MBEMBE, 2018, p. 59). Ele explica que as lutas políticas têm sido tendencialmente reguladas pela força, e a circulação das armas no centro da sociedade tornou-se um dos principais fatores de divisão e um elemento central nas dinâmicas de insegurança, de proteção da vida e de acesso à propriedade.

Deste modo, há uma perda progressiva do monopólio da violência pelo Estado, resultando em uma multiplicidade de instâncias que operam fora ou dentro do Estado, dentre elas, os meios criminais. Assim, estabelecendo uma relação de igualdade entre a capacidade de matar e a possibilidade de ser morto, acentua-se o funcionamento do terror, impossibilitando qualquer vínculo social que não seja o da inimizade. É exatamente este laço que permite instituir e normatizar a premissa de que o poder só

pode ser obtido ou exercido à custa da vida de alguém (MBEMBE, 2017, p. 61).

3.3 Para onde apontam os holofotes? Juventudes, pobreza e seus enquadramentos

Um dia o domesticaremos em humano, e poderemos desenhá-lo. Pois assim fizemos conosco e com Deus.
O próprio menino ajudará sua domesticação: ele é esforçado e coopera. Coopera sem saber que essa ajuda que lhe pedimos é para o seu auto sacrifício (Clarice LISPECTOR, 2009, p. 21).

Nas últimas décadas, a população jovem tem sido objeto de diversas intervenções tanto no âmbito público, como privado, tornando-se pauta frequente nas agendas governamentais, no que se refere a formulação de políticas públicas, nos órgãos de mídia e, também, nos estudos e pesquisas acadêmicas. E não é raro que apareça vinculada à violência, delinquência ou percebida como um problema social, sobretudo quando se trata dos jovens pobres que habitam as periferias urbanas.

Existe uma concepção acerca da juventude que a compreende como um período de transição em que são esperados alguns comportamentos de contraposição, que em determinados momentos atuam para reorganização política e social, como o movimento das diretas já, onde muitos jovens foram às ruas reivindicar eleições diretas para presidente nos anos de 1983 e 1984, por exemplo. Contudo, esse entendimento não se refere a todas as formas de ser jovem ou de compreender a juventude presentes em nossa sociedade. Aquilo que é entendido como revolta e conflito em relação a alguns jovens, é visto como comportamento criminoso quando incorporado por jovens pobres das periferias.

Temos como exemplo a divulgação de duas fotografias de jovens fazendo o mesmo gesto, porém, em contextos diferentes:



Imagem 1: Jovens da igreja Assembleia de Deus, no Maranhão, fazendo gesto de arma, em apoio a campanha do presidente Bolsonaro, em 2018²⁴.



Imagem 2: Foto do jovem Edgar Nunes da Silva, 22 anos, encontrado morto em Campo Grande (MS). A hipótese é que o jovem tenha sido morto em um tribunal do tráfico e a foto foi divulgada como possível justificativa, associando o sinal de arma à facção Comando Vermelho²⁵.

²⁴ Foto retirada da página Le Reaçã Orgulhosa da Direita, na rede social Twitter: https://twitter.com/goulart_lenita/status/1050002047221809152

²⁵ Reportagem disponível em: <https://www.id1noticias.com/policia/foto-no-face-pode-ter-motivado-assassinato-de-jovem/58607/>

Como observamos na imagem 1, o sinal de arma adquire significado político. No contexto eleitoral de 2018, esse gesto tornou-se marca de campanha do presidente Jair Bolsonaro, que prometia a população liberação do acesso às armas de fogo. O gesto foi amplamente repetido pelo próprio candidato e por pessoas de todas as idades em fotografias de família e de grupos diversos, indicando apoio político à extrema direita e desejo de mudança; tornou-se uma espécie de símbolo da suposta família tradicional brasileira, composta por “cidadãos de bem”.

Já na imagem 2, temos o mesmo gesto realizado por um jovem no contexto de uma periferia no Mato Grosso do Sul, associado ao crime organizado, o que justificaria sua morte, eliminando a possibilidade de comoção pela brutalidade das condições do assassinato, que se deu com requintes de crueldade. O corpo torturado e carbonizado do jovem de 22 anos passa a não ser percebido como uma vida perdida, mas como um inimigo que fora eliminado, contribuindo para a garantia da segurança de determinado segmento da população, o segmento das vidas consideradas vidas que importam, dos “cidadãos de bem”, como os da imagem 1.

Percebemos, assim, modos de apreensão das juventudes que colocam os jovens pobres e periféricos como problema social, categoria a ser agenciada e contida. Já aqueles que não são absorvidos pelos movimentos manipulativos dos quais o poder se vale, passam a ser considerados potencialmente perigosos e ameaçadores à ordem social.

No âmbito das políticas públicas, a inserção da população jovem é relativamente recente, tendo como marco histórico o processo de redemocratização, as lutas e reivindicações por direitos da década de 80, que culminaram na compreensão da infância e adolescência como fase da vida em que se faz necessária a proteção e o amparo da sociedade e do Estado. A “doutrina da proteção integral” foi materializada com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. A partir disso, todo um arcabouço institucional, composto por conselhos, juizados, secretarias de governo, serviços socioassistenciais, projetos e programas passaram a se ocupar da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Contudo, foi somente a partir da segunda década dos anos 90 que os órgãos governamentais e da sociedade civil passaram a considerar a necessidade de políticas destinadas a população acima dos 18 anos de idade. Dessa forma, passou a ser considerada para

o planejamento de políticas públicas voltadas às juventudes, a faixa etária entre 15 e 24 anos de idade, compreendendo, sobretudo, essa como a faixa mais perturbadora da ordem social (Livia de TOMMASI, 2014).

Assim, diversos programas e projetos passaram a ser desenvolvidos nos territórios ditos mais vulneráveis, quase sempre periferias e favelas, com o intuito de promover a prevenção do envolvimento dos jovens com a prática de atos ilícitos e com o tráfico. Desse modo, o objetivo da atenção do Estado nestes espaços acaba se dando muito mais com o intuito da redução da delinquência e da criminalidade, muitas vezes atribuídas a própria condição de pobreza. Nesse sentido, Alexandre Ciconello (2016)²⁶ destaca que a leitura criminalizante de uma determinada juventude faz emergir a ideia de que a maior necessidade social deste jovem é a inserção em projetos que o mantenham afastado das drogas. Neste contexto, há a visão de uma juventude que acaba muito mais os criminalizando e tratando dos riscos e não de sua potencialidade. Para ele, as políticas públicas e a sociedade negligenciam as potencialidades criativas e talentos das juventudes, em especial a negra, em detrimento de uma visão do jovem como eventual problema que poderá se criar a partir de sua relação com a droga e demais aspectos “desviantes”.

As estratégias dessas intervenções, em sua maioria, visam promover o protagonismo juvenil através da qualificação para o mercado de trabalho ou da participação em oficinas de arte e cultura, que servem como forma de atrair os jovens, disputar sua atenção com o tráfico, estimulando suas capacidades criativas. Livia Tommasi (2014), em relação a ideia de protagonismo juvenil, atenta para a intencionalidade do uso do termo “protagonismo”, para representar o que seria uma boa cidadania; tornar-se um jovem ativo e envolvido com as causas da sua comunidade. Deste modo, a imagem do “jovem problema” passaria a ser substituída pela do “jovem parte da solução” e a “revolta” típica desta fase do desenvolvimento se converteria em ações positivas em prol da comunidade. Delineia-se, assim, uma imagem mais aceita do jovem da periferia: o “jovem de projeto” ou o “jovem artista de periferia”, delimitando modos ser jovem de acordo com o contexto de vida e com a intencionalidade de governo destes corpos.

²⁶ Entrevista cedida à revista IHU On-Line, publicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, em 18 de fevereiro de 2016.

Pierre chorou quando adentrou a Casa das Juventudes segurando uma tábua que servia como mostruário de pulseiras de artesanato e rabiós de cabelo. Havia perdido uma apresentação da turma da oficina de violão em um dos eventos que costumava participar. Pierre era muito comprometido com as atividades, fazia uma fala inicial na abertura da apresentação. Bem articulado com as palavras e desinibido, era com frequência escolhido para representar o grupo. Mas naquele dia não pôde ir, fora obrigado pela família a vender os adereços no sinal, próximo ao Shopping, na entrada do bairro. Suas lágrimas eram de tristeza, de frustração por perder a apresentação e pela vergonha que sentia por trabalhar como vendedor ambulante. Gostava mesmo era de como se sentia no palco, falando para o público, tocando violão ou algum outro instrumento. Se pudesse, participava de todas as oficinas do projeto.

Antes disso, havia cumprido uma medida socioeducativa por tráfico de drogas. Quando visitamos sua família, algo bastante peculiar nos chamou atenção na pequena casa de madeira, terceira das cinco enfileiradas no terreno sinuoso e barrento: não havia móveis, sequer cadeiras para sentar, apenas um fogão, pia, colchões no chão e algumas roupas penduradas em pregos nas paredes. Tudo havia sido vendido. A renda de Pierre com o tráfico realmente fazia falta à família.

Uma das atividades que realizávamos com frequência na Casa das Juventudes, enquanto equipe psicossocial, era a chamada busca ativa, que consiste na ação de deslocar-se ao encontro dos jovens que estavam ausentes das atividades do projeto. Quando implantada, a Casa das Juventudes teve grande adesão dos jovens e de seus familiares. Entretanto, com o passar do tempo, a busca ativa precisou entrar na agenda de atividades da equipe, como tarefa fixa semanal.

Ocorre que as atividades ofertadas, em sua maioria oficinas de arte/ cultura, não comportavam as necessidades da maioria dos jovens que haviam se inscrito. Suas demandas estavam mais voltadas a qualificação e necessidade de geração de renda. Muitos deles compunham uma população que não costuma ser facilmente absorvida pelo mercado formal de trabalho, seja pela baixa escolaridade, por uso de substâncias psicoativas ou alguma questão de saúde mental.

Embora, o acesso a arte e cultura e um espaço de socialização, mesmo que em condições precárias, tenha sido um atrativo para os jovens, a necessidade de contribuir com a renda da família ou até mesmo de alcançar autonomia financeira, muitas vezes fazia-se mais urgente. Entretanto, mesmo identificando tal necessidade, não havia possibilidade de modificação no escopo do projeto, devido às burocracias relacionadas aos serviços públicos.

De tal modo, a demanda destes jovens não estava contemplada naquilo que era ofertado no projeto e nem mesmo havia naquele momento outras redes de atendimento para onde pudessem ser encaminhados. Ainda assim, na tentativa de mantê-los participando, realizávamos visitas periódicas às suas casas, sempre enfatizando a necessidade de que retomassem a frequência ao projeto. Acreditava-se que de algum modo isso lhes seria benéfico ou pelo menos os manteria distantes do envolvimento com situações de risco.

Com isso, embora estivéssemos lhes ofertando possibilidades, estávamos também desprezando suas demandas emergentes de qualificação, renda, acesso a bens de consumo, entre outras. Executando um projeto pensado e desenvolvido por adultos que não residiam em bairros periféricos e sequer haviam tido qualquer experiência semelhante às dos jovens a quem se destinava. Em contrapartida, mesmo que não atendidos em suas necessidades, tais jovens estavam gerando dados e compondo o número de atendimentos realizados pelo projeto, que atingia satisfatoriamente suas metas mensais.

Para além disso, podemos observar que as políticas que têm as juventudes como elemento central, embora de fato atuem positivamente na vida de muitos jovens, mantém suas ações individualizadas no sujeito jovem, como se ele fosse a causa única de toda a sua vulnerabilidade. Deste modo se individualiza a responsabilidade por suas condições de vida e ascensão social, eximindo-se da necessidade de transformação das causas históricas, sociais e econômicas que atuam na produção de tais condições. Nesse sentido, Patrícia Oliveira (2016), ao analisar os discursos individualizantes e meritocráticos, afirma que estes anulam a história e depositam no sujeito a responsabilidade por não “aproveitar as oportunidades”, constituindo modos de pensar e criminalizando sujeitos marginalizados.

O cenário contemporâneo exerce diversas formas de capturas sobre o sujeito jovem. Ainda que muitas vezes veladas, essas capturas atuam na manutenção do status quo e da desigualdade social e se atualizam de acordo com cada momento histórico. Dentre as capturas mais perversas presentes na vida das juventudes nas periferias, estão a construção do sujeito perigoso, a captura pelo medo e as capturas institucionais.

3.3.1 Quem é o Sujeito Perigoso? Construções e narrativas sobre as juventudes

Uma vez um jovem que frequentava as oficinas do CREAS me disse: “Eu tenho mais medo da polícia do que do traficante. O traficante ajuda, dá brinquedo para as crianças... A polícia quando entra na vila, é sempre pra *ferrar* alguém ou matar”.

Pedro se impressionava com cenas de velório. No bairro onde morava, em São Leopoldo, isso era frequente. Seguidamente comentava quando vinha para as oficinas socioeducativas no CREAS. Aliás, naquele momento em que Pedro participava, as oficinas eram realizadas dentro de um espaço na Secretaria de Assistência Social e Cidadania chamado de plenarinho, pois, ali também ocorriam algumas reuniões. No entanto, o local estava sendo usado também para guardar os caixões que eram fornecidos pela assistência social. Assim, os jovens que participavam das oficinas dividiam o espaço com caixões grandes e pequenos. Os de criança sempre os mobilizavam mais.

Talvez isso nos diga algo sobre o lugar que é reservado a estes jovens.

Um dos pequenos prazeres da vida de Pedro era quando passava por abordagens policiais e não encontravam nada que lhe pudesse incriminar. Gostava de levantar a camiseta e mostrar que não estava portando armas nem drogas. Apesar do frio na barriga, da tensão e medo que sentia nesses momentos, a sensação que ele descrevia era como se tivesse frustrado a expectativa de uma sociedade inteira sobre ele.

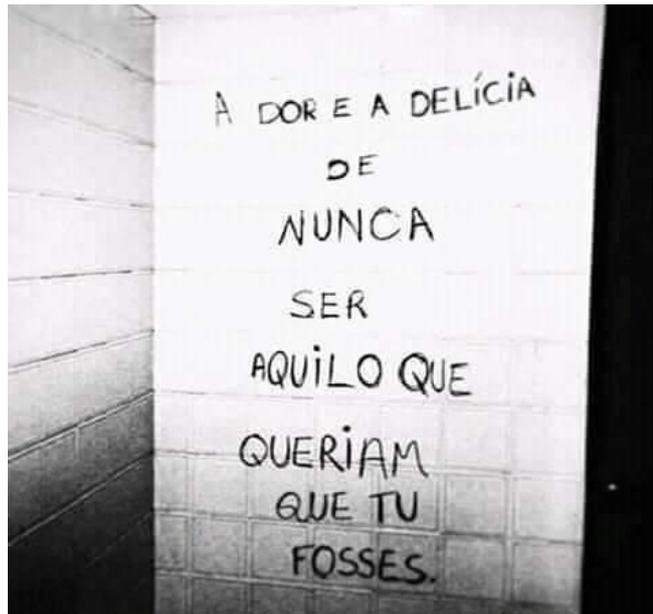


Imagem retirada da internet, página: <https://br.pinterest.com/pin/663155113871610797/>

Muitos são os discursos que permeiam o imaginário social contemporâneo acerca da categoria “Juventude”. E esta diversidade discursiva demarca contextos de diferentes formas de ser jovem, produzindo os olhares e expectativas que lhes são lançados. Trata-se, assim, da produção de verdades, que se pautam em relações de poder: “A noção de juventude vem inscrita em discursos proferidos em cada momento particular da sociedade, produzindo modos de ser jovem de acordo com interesses próprios de um momento histórico” (Zuleika GONZÁLES e Neuza GUARESCHI, 2014, p. 114).

Se por um lado o jovem é apresentado como ideal de beleza, saúde e potência física, associado às questões como consumo, qualificação profissional e rebeldia, por outro, temos uma grande parcela dessa população que é relacionada à violência e criminalidade. E é sobre esses que incidem as intervenções do Estado, sejam elas no sentido da produção de políticas públicas ou das ações de repressão. Essa repressão é intensificada quando os jovens reúnem outros atributos de caráter racial e geográfico. O que, muitas vezes, acaba por cercear os direitos dos jovens da periferia quando estes buscam acessos básicos, como ao lazer ou trabalho, em territórios diferentes de seu espaço frequente de circulação (Pedro MORAES, 2005). Assim, as

vidas dos jovens passam a ser administradas através de políticas de inclusão e exclusão de determinados sujeitos da reprodução da vida social.

No ano de 2018, ganhou visibilidade nas redes sociais um vídeo produzido por usuários do Twitter, onde foi realizada uma pesquisa no buscador Google Imagens, com as *tags* “Três jovens negros” e “Três jovens brancos”. A primeira busca obteve fotos de jovens negros sendo presos ou acusados de crimes, já a segunda, mostrou fotos de jovens brancos em catálogos de vendas de produtos.



Imagem: Resultado da pesquisa “Três jovens”, realizada por usuários do Twitter.

Tendo em vista que os resultados se baseiam em cálculos sobre a frequência com que cada foto é postada e a descrição atribuída por quem a publicou, é evidente a tendência com que as diferentes formas de juventudes são representadas nos meios de comunicação de acesso em massa.

Gardene Mendes (2011) analisou a formação discursiva da mídia sobre juventudes, constatando que mesmo comparecendo enquanto vítimas da violência, de acordo com os estudos sobre extermínio de jovens, contraditoriamente, eles são identificados por várias instituições como arruaceiros, violentos ou perigosos. Essa produção de imagem juvenil relacionada ou vinculada à criminalidade, segundo seus estudos, não condiz com a realidade brasileira, uma vez que os dados do Instituto Cidadania (2004) apontam que, dos crimes praticados em nosso país, somente 10% são cometidos por jovens, sendo que apenas 1,09% desta população têm participação

em crimes mais violentos²⁷. Um estudo publicado pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2012, apurou que dos atos infracionais praticados por adolescentes no país, 18% se referem a atos contra a pessoa (estando abarcado nesta categoria os delitos de ameaça, agressão, homicídio consumado ou tentativa, entre outros) e somente 1% correspondem a atos contra a dignidade sexual.

Faz-se necessário, então, pensar acerca da função destes discursos na sociedade, à que(m) servem.

Nesse sentido, Judith Butler (2015) explica que há um esquema interpretativo tácito que distingue as vidas que serão consideradas dignas das não dignas. Esse sistema funciona fundamentalmente através dos sentidos e é desenvolvido a partir de movimentos de uma apreensão seletiva do mundo que diferencia “os gritos que podemos ouvir dos que não podemos, as visões que conseguimos enxergar das que não conseguimos” (p. 83). Assim, a exclusão se instaura e se mantém graças a construção da alteridade que se faz baseada em enquadramentos difundidos de diversos modos, influenciando nossas percepções.

Mbembe (2018), ao examinar as trajetórias pelas quais o Estado de Exceção, e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar, explica que nestas instâncias o poder continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo, trabalhando assim para a sua produção. Para ele, a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de determinar quem deve viver ou morrer. Nesse sentido, a soberania consiste no exercício de controle sobre a vida e morte dos sujeitos, sendo o Estado de Exceção²⁸ a base normativa para o direito de matar.

Já Judith Butler (2015), ao discorrer sobre os quadros de guerra, refere-se às vidas não passíveis de luto, aquelas às quais os enquadramentos atuam no sentido

²⁷ Não foram encontrados dados mais recentes em relação aos crimes violentos praticados por adolescentes. Os dados apresentados referem-se à pesquisa realizada pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e foram questionados em uma reportagem da revista *Veja*, datada de 09 de abril de 2015, por meio da afirmativa de que haveria um erro de cálculo, onde a divisão teria sido realizada pelo índice total de crimes violentos e não somente àqueles que foram desvendados, podendo assim haver um número maior de adolescentes autores. Uma hipótese para ausência destes registros é a de que os delitos cometidos por adolescentes são denominados ato infracional, não constando, assim, em seus registros, tipificação relacionada ao Código Penal.

²⁸ O termo Estado de Exceção é utilizado por Mbembe (2018) como metáfora para a violência soberana, estando relacionado ao nazismo, totalitarismo e os campos de concentração e extermínio.

de negar o estatuto de sujeito, fazendo com que não sejam reconhecidas de fato como vidas vividas. A autora, entretanto, aponta que tal cenário não se refere à existência da *vida nua*, termo cunhado por Agamben, para referir-se à condição de sujeitos matáveis, no contexto do Estado de Exceção. Contudo, Butler também atribui grande parte da violência contemporânea às ações do Estado:

a condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas (p.46-47).

A partir de movimentos políticos como a ascensão da extrema direita ao poder e as estratégias de militarização das intervenções de segurança e intensificação das ações punitivas e abordagens agressivas, talvez possamos cogitar que os jovens moradores das periferias brasileiras vivenciem algo que se encontra entre a precarização da vida que se dá na *polis*, por meio de relações de poder vigentes e naturalizadas e a instauração do próprio Estado de Exceção. De todo modo, em ambos cenários percebemos a afirmação implícita ou legalizada do extermínio de determinados sujeitos.

Tanto Judith Butler, como Achille Mbembe, se referem à construção da figura de um sujeito ameaçador, cuja vida representaria ameaça, e assim pode ou deve ser eliminado para a proteção dos demais. No contexto brasileiro, observa-se que a ficcionalização do inimigo, que dá origem a ideia de sujeito perigoso, está diretamente atrelada à juventude negra e periférica e ao movimento de guerra às drogas, que coloca esses jovens no centro das ações ostensivas da polícia. Danielle Araújo e Walkyria Santos (2019), atentam para a naturalização do processo de desconstrução de dignidade humana do corpo e dos modos de vida da população negra que ocorre desde a estruturação do colonialismo no Brasil. Elas afirmam que apesar das tentativas de absolvição dos escravizados no âmbito legal, ainda se mantém o pensamento escravista, vinculado a uma estrutura relacional e múltipla de poder quase invisível.

Observamos, ainda, a atuação destes discursos na sustentação de determinados interesses políticos e econômicos específicos, como assinala Gardene Mendes (2011), em relação à proposta da redução da maioria penal de 18 para 16 anos; passando, assim, a justificar-se as intervenções sobre os sujeitos, seja no

sentido das políticas públicas ou nas ações ostensivas do Estado, com legitimadas normalizações sobre a vida. E os mecanismos de poder agenciados são utilizados como modos de captura daqueles considerados anormais e infames, as populações jovens são tomadas como abjetas e vão se constituindo como vida a ser gerenciada (Andreia SCISLESKI, Carolina REIS, Oriana HADLER, Mariana WEIGERT & Neuza GUARESCHI, 2012). Mesmo as políticas de prevenção acabam recaindo sobre o indivíduo, desconsiderando as causas sociais que podem levar ao envolvimento e à produção da criminalidade e da insegurança social.

Andreia SCISLESKI *et al.* (2012), a partir das discussões foucaultianas, destacam a necessidade de se problematizar os regimes de verdades diante dos quais esses jovens passam a ser (re)conhecidos e subjetivados como sujeitos ameaçadores à ordem social não somente pela via da segurança pública, mas porque “denunciam a falência das nossas instituições de disciplinamento e os limites dos conhecimentos que produzimos” (p. 30). Dinâmica essa que o poeta Cairo Costa (2018), integrante do grupo Juventude Ativista de Cajazeiras (PB), nos explicita bem em seu poema “Desabafo”, publicado na coletânea Poéticas Periféricas:

*É a bala veloz do branco algoz que cala a voz do jovem da favela;
Favela que ouviu o som de fuzil. O corpo sumiu.
Bem-vindo ao Brasil, País do carnaval,
onde os 10% mais ricos detém metade da renda total.
Ainda tem gente que acha normal.
Seria engraçado se não fosse trágico,
pois metade das casas brasileiras não possui saneamento básico.
E todo ano é a mesma piada.
O mosquito viraliza, a culpa é sua que deixou a água parada.
O que parou por aqui foi a verba para educação
A merenda foi roubada. O professor levou pancada.
Dos heróis que vestem farda e que protegem o governo.
Os que venderam a educação para manter o lucro dos banqueiros.
O movimento é desigual. O que rege é o capital.
A ciência é o aval para os fins justificar.
Eu sempre lembro de uma história que aprendi na minha escola:
o indivíduo quando rouba tem a natureza má.
Quanto vale uma vida? Quem souber me diga! Implantar no gueto o medo e
o desemprego, é o plano perfeito para criar os suicidas.
E a cor do suspeito? Por favor me digam.*

Tá tudo estarrado. Corpo negro leva enquadro, toma murro, é humilhado, com flagrante é encarcerado. Observem o resultado.

Sempre da mesma maneira.

O Playboy paga fiança passa um dia na cadeia.

A juíza sente dó porque ele agora cheira pó.

Com sua tornozeleira, será que é futuro se persiste o passado?

Será que o Estado é mesmo meu aliado? (p. 30).

3.3.2 A captura pelo medo

O adolescente Marcos Vinícius da Silva, 14 anos, foi morto por uma bala perdida, desferida pela polícia em uma operação na favela da Maré (RJ), enquanto voltava da escola, no dia 20 de junho de 2018. A camiseta branca do uniforme escolar, manchada de sangue, tornou-se símbolo da denúncia de mais um homicídio praticado pelo Estado. Antes de morrer, o adolescente questionou a mãe: *ele não viu que eu estava com roupa de escola?*

Maria Eduarda Ferreira, 14 anos, queria seguir carreira na área do esporte, gostava de jogar basquete, mas foi morta dentro da escola, enquanto participava da aula de Educação Física. A adolescente foi alvejada quando dois policiais militares trocavam tiros com criminosos, próximo a sua escola, em Acari, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 2017.

Peterson, de 17 anos, semanalmente era cobrado pela equipe do CREAS, que executava sua medida socioeducativa de liberdade assistida, em relação à frequência escolar. Chegava a ficar até quinze dias sem comparecer à escola, quando ia não conseguia se engajar nas atividades, pois estava muito atrasado com os conteúdos, mal conseguia ler e escrever. Suas respostas eram quase sempre evasivas, mas um dia decidiu explicar que o problema era que ao transitar à noite pelo bairro para ir e voltar da escola, com frequência passava por abordagens da polícia, que já o conhecia devido ao envolvimento anterior com o tráfico de drogas e era quase sempre agredido. Um dia chegou a ser levado para o DECA – Departamento Estadual da Criança e do Adolescente - para ser interrogado sobre os traficantes do bairro, depoimento que poderia se tornar uma sentença de morte.

A escola não aceitava trocá-lo de turno devido a sua idade e de fato provavelmente ficaria desconfortável com os alunos do quarto ano do dia, que estavam na faixa dos 10 anos de idade. Assim, restava-lhe escolher entre correr o risco de novas agressões ou descumprir o critério de frequência escolar, exigido durante a medida de liberdade assistida.

Marcus Vinícius, Maria Eduarda, Peterson e outros tantos mais... não são casos isolados, fazem parte da arquitetura perversa da necropolítica que escolhe os jovens que terão acesso e oportunidades e aqueles que vão alimentar as estatísticas do sistema prisional ou da morte, como denuncia a poeta Bia Ferreira (2020):

“Correria tu se vira.

Bobou eles atira.

Eles nem são bons de mira,

Mas a ordem é matar.

“Se não é alvo, aniquila.

Porque o alvo é melanina.

Pode estar com a família,

Menino ou menina”.

E na favela mais uma chachina...

... a cada 23 minutos, mais uma mãe preta chora”. (Necropolítica).

Michel Foucault (2008) analisou o medo enquanto dispositivo biopolítico, consistindo ele em um conjunto de normas, edificações e hábitos que participam na produção de modos de existências. O medo também age no sentido de manter cristalizada a engrenagem capitalista vigente: o medo da miséria e da exclusão, que mantém os sujeitos produtivos e consumindo e os leva muitas vezes a aceitar condições precárias de trabalho, por exemplo. O medo gerado pela sensação de insegurança levou parte da população a votar em planos de governo populistas e radicais, que têm como pano de fundo o extermínio de determinadas populações.

O medo é também um dos principais vetores do projeto necropolítico. É ele que

alimenta as relações de inimizade. O temor da insurreição do povo negro e excluído que despontou no período pós-abolição permanece até os dias de hoje e autoriza o processo de genocídio da população jovem, negra e periférica. Assim, não é somente a população dos centros urbanos, que vive trancafiada em seus condomínios e apartamentos, protegida por muros e grades, que sente medo, mas também aqueles que são eleitos como causa deste medo. Para estes, as ruas, os estabelecimentos, os bairros, as vilas e até mesmo, as próprias casas, muitas vezes, se tornam lugares de perigo; carregar uma mochila ou um guarda-chuva pode ser arriscado. “Não sai sem documentos, não corre na frente da polícia”, instruem as mães aos seus filhos negros, na esperança de ensiná-los a se proteger.

Pedro Grabois e Renan Porto (2016) atentam para a organização das cidades a partir do medo, como projeto de governo. Eles observam que nos últimos anos houve grande investimento governamental no fortalecimento das polícias e sempre que uma multidão toma as ruas para protestar e demandar seus direitos, a ordem é a repressão violenta, calando as denúncias, que insistem em ganhar voz cada vez mais alta entre o povo das periferias. Este investimento estende-se para as ações ostensivas, cada vez mais agressivas, que ocorrem nas periferias.

Neste cenário, o jovem pobre, negro e morador da periferia é sempre o suspeito em potencial. É sobre ele que recaem os afetos negativos gerados a partir de discursos de medo e insegurança. Ele se torna o Outro ameaçador, que deve ser eliminado. Assim, o processo genocida, atualmente em curso em nosso país, inscreve estes jovens sob o signo da morte e do medo, paralisando suas ações potencializadoras, impedindo o desenvolvimento de projetos de vida, uma vez que esta passa ser vista como algo tão breve que se torna indigna de investimento e muitas vezes os leva ao envolvimento em grupos criminosos, como as facções, que oferecem status e proteção.

3.3.3 As capturas institucionais

No coração de uma instituição de controle social, os espaços institucionais se deslocam o tempo todo e reconfiguram conforme se redefinem a trama das relações, os jogos de poder e o modo como se processam as acomodações e tensões inscritas na gestão da ordem desses lugares. As instituições não são petrificadas sob o império de suas normativas e regras internas. Mas

esses espaços tampouco são fechados: as fronteiras entre o dentro e o fora são porosas e o que acontece no seu interior está também em *sintonia* com o que acontece nas periferias urbanas e na cidade (Vera TELLES, 2014).

Michel Foucault (1978) analisa os mecanismos de exclusão social, suas mutações e as práticas institucionais, buscando conhecer seus efeitos no conjunto das demais práticas de saber e poder. Ele procurou discutir as diferentes formas de opressão, que incidem sobretudo, sobre aqueles que são considerados fora dos padrões normativos da sociedade, pois de algum modo desestabilizam a ordem social e, portanto, são considerados os sujeitos anormais.

As instituições, para Foucault, exercem um papel importante no disciplinamento dos corpos e o sujeito jovem encontra-se neste processo desde muito cedo, por meio da escola, por exemplo, que atua moldando as suas condutas para tornarem-se sujeitos dóceis, obedientes a ordem social e aptos a produzir. As juventudes nas periferias, no entanto, por sofrerem os efeitos da seletividade penal, estão mais propensas a outras experiências institucionais, que produzem profundas marcas em suas biografias, como no sistema socioeducativo ou carcerário, por exemplo.

Estes são os lugares em que o Estado revela de modo mais explícito a utilização de seu poder opressor e punitivo em detrimento da proteção integral. De acordo com Loïc Wacquant (2008):

o surgimento do Estado Penal é o resultado de uma política de penalização da miséria, que responde ao crescimento da insegurança salarial e ao aprofundamento do gueto como mecanismo de controle de uma população duplamente marginalizada no duplo plano material e simbólico. (p. 466).

Fabiane Asquidamini e Eduardo Sugizaki (2016) qualificam a medida socioeducativa de internação como um modo de sequestro dos jovens. Eles atentam para o processo de apartação do jovem institucionalizado de suas redes relacionais, o que resulta na fragilização de sua pertença social.

Quando o adolescente foi internado, ele estava fazendo o que podia para, desde a marginalidade social mais radical, integrar-se em redes de relações humanas reais, as possíveis, as que a sociedade lhe ofereceu. Se alguma dessas redes conflitava com a lei, não necessariamente as outras. Mas, quando do seu internamento, todos os laços sociais são repentinamente bloqueados em favor das redes relacionais do sistema prisional. (Fabiane ASQUIDAMINI & Eduardo SUGIZAKI, 2016, p. 280).

Os autores atentam ainda que esse movimento reduz as chances de sobrevivência do jovem, tornando breve seu tempo de vida após a internação, quando a sua entrada foi precedida por algum conflito relacionado às facções do tráfico. Nesse caso, o jovem se torna um alvo fácil ao aderir ao ordenamento disciplinar comum e legal da sociedade, como frequência à escola e trabalho.

*... Esses meninos tudo sem educação,
que dão bom dia, abrem até portão.
Tão tudo fora das grades escolares.
Tão sem escola.
Nunca teve reforço de ninguém.
Mas reforça a força e a tática.
Do tráfico mais um refém...
... E os menino malandrão faz toda a lição.
Acorda cedo e dorme tarde.
É chamado de função.
Queria casa, mas é fundação. (Menimélímetros, Luz RIBEIRO, 2016).*

Temos, então, neste cenário, um Estado que produz a miséria e a desigualdade social, a partir de um perverso sistema capitalista produz também o encarceramento da população que sofre os efeitos desse sistema. Wacquant (2001) aponta como uma das causas dessa dinâmica perversa, o avanço neoliberal, que promoveu um profundo desinvestimento nas políticas sociais e investimento nas políticas penais e criminais, além da ampliação de prisões privadas. Em relação às prisões, Foucault (1989) coloca que:

O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais íntimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente "justificado", visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem. (p. 75).

Ainda refletindo sobre as prisões, Foucault (1989) aponta para sua utilização estratégica à serviço de fabricar novos criminosos ou para intensificar seu envolvimento com a criminalidade. “A prisão fabrica delinqüentes, mas os delinqüentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinqüentes servem para alguma coisa” (p. 75).

Começo contando a história de Patrick, assim já pelo meio, pois “não teria como conhecer jamais o menino, para conhecê-lo tenho que esperar que ele se deteriore e só então ele estará ao meu alcance” (Clarice LISPECTOR, 2009, p. 21). Meu encontro com Patrick se deu em uma unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE.

... Foi num desses dias frios e úmidos do inverno de Porto Alegre que, após uma semana dormindo na rua, fugindo em função de conflitos com facções, o jovem Patrick teve a grande ideia. Planejou minuciosamente o assalto em uma farmácia do centro; local, horário, quem abordaria, o instrumento que iria utilizar: uma faca. Ora, um adolescente franzino portando uma faca... foi logo contido. Tudo saiu como o esperado, essa noite teria um teto e um colchão para dormir.

Assim, dentre as possibilidades que a vida lhe permitia, Patrick subverte o sistema e força o Estado a fornecer a proteção de que precisava. Agora o adolescente que vagava pelas ruas sem documentos, passava a ter ficha corrida e prontuário de atendimento na FASE, registrando assim, os traços de sua existência.

Contou sua história aos técnicos, falou do envolvimento com as facções, que o fez sair de casa aos quinze anos; contou sobre o pai, de quem já não lembrava, pois o abandonara ainda criança, quando separou-se de sua mãe e sobre sua trajetória no “mundo do crime”. Seu relato era desconexo, não estava acostumado a falar de si, nunca haviam perguntado sua história antes. Entre sua história de vida e os feitos que o levaram à ascensão dentro da facção, onde chegou ao “cargo de gerente”, contou tantas coisas que na primeira audiência sua medida de internação foi fixada em dois anos. Os técnicos desconfiavam até que havia relatado mais do que realmente tinha feito.

Após contato da equipe, o pai de Patrick passou a visitá-lo mensalmente, mas sem nenhuma perspectiva de lhe acolher ao final da medida, tinha receio de que a presença de Patrick em casa oferecesse algum risco à sua nova família. Sua mãe nunca ia às visitas, não aceitava passar pelos procedimentos de revista e dizia que não iria visitar filho preso. Patrick era um dos poucos adolescentes que não recebia visitas semanais e, assim, além de não ter a quem oferecer suas produções das

oficinas de artesanato, também convivía com a angústia de não ter para onde voltar e, mais ainda, de não ter ninguém que lhe investisse alguma expectativa. Parecia que a única opção que lhe restava era estender sua estadia o máximo possível.... Mas por quanto tempo?

Foi num dia de visita que Patrick, no auge de sua solidão, tomou a decisão que lhe parecia ser a única alternativa. Acabaria com tudo, abriria mão da vida pela qual tanto lutou, estava cansado de lutar sozinho. Não havia muitas possibilidades para isso em seu *brete*²⁹. Quando se está preso até as decisões sobre o seu próprio corpo são impossibilitadas. Em geral, isso não costumava ser um problema para ele, já que gostava da previsibilidade do dia-a-dia na instituição, pois, lhe trazia certa sensação de segurança: horário para acordar, para comer, para ir para o pátio, aula, oficinas, voltar para o *brete*, banho, dormir. Mas agora era diferente, talvez quisesse tomar o poder sobre a única coisa que lhe restava. Tentou do modo que conseguiu fazer, com um lençol amarrado à grade da porta. Em uma mistura de desespero e alguma ingenuidade quase infantil, nem conseguiu perceber que não atingiria seu intento. Acabou por alcançar outra coisa, quinze dias de internação em uma clínica psiquiátrica. Sua mãe foi avisada e o visitou a cada três dias enquanto esteve na clínica.

Um pequeno fio de esperança começava a se desenhar para Patrick a partir dessa relação. Era só uma faísca. Mesmo assim era tudo o que ele tinha. Além da presença da mãe, a forte medicação que lhe era administrada o mantinha entorpecido e o impedia de preocupar-se com o futuro. “O paciente não fica sabendo o que está tomando”, ele me disse uma vez. Patrick passou a apresentar com frequência “surto”, onde batia com a cabeça na parede até se machucar e em seguida era encaminhado para nova internação. A equipe que o atendia avaliava que não havia mais uma ideia suicida de fato, mas de qualquer forma, a internação psiquiátrica é procedimento padrão nestas situações.

Assim, Patrick passou a adentrar com frequência o interior das paredes brancas e gélidas da clínica psiquiátrica. Aos poucos, o contato com os agentes socioeducativos ia sendo substituído pela convivência com profissionais de jaleco

²⁹Termo utilizado pelos adolescentes para referir o local onde ficam alojados durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação.

branco, os quais nem sempre sabia se eram enfermeiros, médicos ou psicólogos e com outros sujeitos, que como ele, por alguma razão, eram considerados aquilo que Foucault (1975) descreveu como anormais, os desviantes da norma, aqueles que não se enquadram dentro de um modelo de normalização disciplinar.

Passou o período de sua medida socioeducativa transitando entre a unidade da FASE e a clínica psiquiátrica, ao que parece, com algum controle sobre isso. Em seu prontuário, descrições tão formais quanto o ambiente da clínica, buscavam dar conta de justificar as internações: suicida em potencial, comportamento auto agressivo, histeria, transtorno opositor de conduta, etc. Nada que referisse sua necessidade de afeto ou expressasse o sentimento de uma mãe que preferia visitar o filho em uma clínica psiquiátrica, ou seja um estabelecimento de saúde, do que em uma instituição correccional. Mesmo sendo locais de segregação, ainda assim, ocupam diferentes status no imaginário social: uma refere-se ao indivíduo a ser tratado, aquele que está doente, já a outra, destina-se aos sujeitos a serem corrigidos, os corpos não dóceis, que devem ser disciplinados. Ambas, instituições de exclusão, regidas pelo poder disciplinar, destinadas a abrigar aqueles que representam ameaça à ordem social, que a desestabilizam através de suas ações fora da norma e são, portanto, os sujeitos perigosos. Contudo, para ela talvez fosse mais fácil pensar que seu filho seria curado ao invés de corrigido, já que a necessidade de correção, em geral, vem carregada de julgamentos em relação ao desempenho de sua função como mãe.

Dois estigmas agora se inscrevem sobre o corpo de Patrick, com a mesma intensidade com que os carimbos timbram os laudos e processos que classificam e determinam sua vida. O louco e/ou o criminoso. Seria Patrick uma existência fadada à exclusão? Ou seria o aprisionamento nas instituições apenas o ápice da exclusão que operou em sua existência desde sempre? Sua vida certamente extrapolava as singelas linhas que lhe haviam sido dedicadas nos prontuários, dando conta de produzir uma razão, uma inteligibilidade sobre suas ações, amparada em saberes jurídico e médicos, entre outros.

Embasadas naqueles que atuam como saberes normativos e delimitam modos de comportamento considerados aceitos e corretos, as concepções sobre o normal e o patológico carregam mecanismos de exclusão e patologização das vidas que não

se conformam às normas da sociedade. Podemos dizer que Patrick é uma dessas vidas “desviantes”. Mas a quais normas sua vida não se enquadrou? Ao entrar para o tráfico, embora à margem da lei, Patrick passa a ocupar um outro lugar na engrenagem do capitalismo, o lugar de quem tem poder de consumo. Lugar este idealizado na sociedade capitalista para muitos jovens da sua idade, mas não para Patrick. Negro, pobre, periférico, cuja principal norma que afronta provavelmente seja o fato de permanecer existindo em um contexto onde jovens como ele são exterminados diariamente. Onde o direito à vida precisa ser conquistado e justificado e, muitas vezes, significa tornar-se um corpo dócil, útil, submisso, mão de obra dedicada e barata à serviço das classes dominantes. Processo esse que tem suas origens desde o colonialismo, com o período escravocrata, onde os corpos negros, escravizados “ou produziam riquezas para os seus senhores ou sucumbiam aos sofrimentos e torturas até a morte” (Elizeu PESSANHA e Wanderson NASCIMENTO, 2018).

Ao provocar sua apreensão, oferecendo-se ao sistema de justiça, ele faz-se visível ao Estado, cobrando deste o papel de proteção e expondo suas falhas, forjando uma possibilidade de continuar vivendo. Seu corpo, dominado e trancafiado, passa a ser alvo de toda a sorte de saberes e interpretações que possam explicar sua inadequação às normas sociais.

Gabriel Resende e Rosane Silva (2016), ao estudarem o poder da normalização nos casos de internação psiquiátrica, verificaram a variedade de diagnósticos ao longo dos anos relacionados às questões de conduta, ou seja, a necessidade de se diagnosticar, racionalizar a conduta do sujeito que se considerasse desviante do esperado. Segundo os autores, esses diagnósticos dão conta de integrar o ato à conduta global do sujeito, como uma lente de aumento, que busca defini-lo a partir de uma ação específica. Assim, a psiquiatria passa a estabelecer aquilo que Foucault (1978) descreve como uma relação psicologicamente inteligível entre ato e autor. Trata-se da produção de verdades sobre o sujeito. Podemos estender essa compreensão também em relação aos jovens que praticam ato infracional e passam a compor a categoria “em conflito com a lei”. Mesmo durante ou após o cumprimento da medida socioeducativa e, teoricamente, a cessação do “conflito”, ainda assim seguem a ser reconhecidos e descritos como jovens/adolescentes em conflito com a lei.

Esses adolescentes estão marcados e essas marcas persistem no tempo descrevendo-os como “suspeitos e ex-internos”. As dificuldades com relação à escola, a inserção no mercado de trabalho e a relação com o aparato policial do Estado, de cujas investidas tornam-se alvos privilegiados, são constantes nas suas trajetórias de vida (Fabiane ASQUIDAMINI, Rosangela BARBIANI e Eduardo SUGIZAKI, 2015, p. 119).

Nas últimas décadas, diversos estudos têm associado a prática de ato infracional ou o comportamento delinquente à transtornos mentais (Renata ANDRADE, Francisco JÚNIOR, Ivan TEIXEIRA e Vilma FONSECA, 2011; Edina MONTEIRO e Lucia ABELHA, 2015; Dário CRUZ, 2016; Maíra MARQUES, 2018; Amanda LAURENTINO, Janaína ALVES, Klívia GUALBERTO, 2020; entre outros). Embora alguns desses mencionem a exposição a eventos estressores ao longo do desenvolvimento como possível causa para o desencadeamento de tais transtornos, o perigo desta perspectiva consiste na individualização da questão da violência, atribuindo suas causas a condições específicas do sujeito que a pratica, desprezando os fatores sociais implicados e, assim, isentando a responsabilidade do poder público e da sociedade como um todo sobre esse fenômeno.

À exemplo disso, temos a implantação da capacitação em Metodologia de Terapia Cognitivo-Comportamental para a Ressocialização de Jovens Infratores da Lei, direcionada aos servidores da FASE do Rio Grande do Sul, no ano de 2017. A partir de um curso ministrado pelo professor norte-americano Jack Bush, PHD em terapia cognitivo-comportamental, pretendeu-se a utilização de uma metodologia psicoterapêutica visando a modificação de pensamentos que, supostamente, produzem o comportamento criminoso: “temos que ensiná-los a mudar os seus pensamentos e a escolher evoluir em suas vidas longe do crime”³⁰. Tal alternativa parece buscar a adequação dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de acordo com os comportamentos considerados dentro da norma, a partir da modificação de crenças e pensamentos. Não se pretende aqui questionar a eficácia do método ou mesmo a atuação da psicologia neste contexto, mas atentar para o movimento de centralização da responsabilidade no sujeito e a patologização da violência, uma vez que se infere que esta seja decorrente da disfuncionalidade dos

³⁰<https://sjcdh.rs.gov.br/servidores-do-socioeducativo-sao-capacitados-em-terapia-que-busca-mudar-comportamento-de-infratores>.

pensamentos de quem a pratica. Deste modo, os saberes científicos acabam por atuar na sustentação de supostas verdades sobre estes sujeitos, desprezando os processos sociais que levam ao envolvimento com o crime e a prática de atos infracionais.

Nesse sentido, Fabiane Asquidamini, *et al.* (2015), apontam que:

a transformação das situações de risco em possibilidades de adoecimento, responsabilização delegada ao indivíduo, servem aos interesses do mercado e da sociedade. Isso não responde às reais necessidades de saúde desses adolescentes e dos direitos ao seu acesso. (p. 119).

Os autores questionam a forma de utilização da atenção à saúde e o conceito ampliado de saúde³¹ no contexto da aplicação de medidas socioeducativas, sugerindo a possibilidade de que estes se apresentam como “modelos de atenção normatizadores de condutas e do controle dos corpos” (p. 119). Essa ideia corrobora com as reflexões de Foucault (1978), de que as práticas jurídicas, médico-legais, pedagógicas, psicológicas e psiquiátricas compõem um conjunto de técnicas com o intuito de governo sobre o outro. Temos, dessa forma, modos instituídos de governar as crianças, os loucos, os operários, os delinquentes, os pobres, os homossexuais, as mulheres, etc.

Ao elaborar o conceito de biopolítica³², Foucault (1989) explica que os mecanismos de controle da sociedade capitalista operam não somente pela consciência, mas começam no corpo, com o corpo, sendo este o objeto, enquanto força de trabalho e produção. Assim, “o corpo é uma realidade biopolítica e a medicina uma estratégia biopolítica” (p. 82). Contudo, embora todos os corpos que habitam a esfera social sejam afetados por esses mecanismos, a história nos mostra sobre quais corpos as forças de poder, controle e normalização da vida atuam de modo mais incisivo e violento. Os corpos considerados perigosos por ameaçarem de algum modo a ordem social, aqueles que não se conformam as condições de assujeitamento e

³¹Em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília (DF), foram propostas alterações nas instituições de saúde que correspondem ao conceito ampliado de saúde, contemplando a promoção, proteção e a recuperação. O relatório final afirma que “em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida” (BRASIL, 1986, p. 4).

³²Foucault passa a referir-se à Biopolítica em 1976, no curso intitulado “Em Defesa da Sociedade” e na publicação do primeiro volume de “História da Sexualidade”. Contudo, foi a partir de 1978 que ele desenvolveu o tema, através das publicações “Segurança, Território e População” e, posteriormente “Nascimento da Biopolítica”, em 1979, buscando assim compreender como o poder se desenvolve e passa a conduzir a vida.

submissão, impostos às classes menos favorecidas. Sobretudo as juventudes que habitam as periferias e, em decorrência de toda uma estrutura política e econômica e racial, ficam à margem das possibilidades de acesso a qualificação e trabalho formal.

Conforme analisado por Giovana Temple (2013), “foi com a medicina social que os processos biológicos que afetam o corpo, se tornaram objeto de investimento político”, tendo esta passado por três etapas de formação: a medicina do Estado, a medicina urbana e a medicina do pobre. Seu objetivo nas três formulações trata de potencializar as forças do indivíduo, enquanto ser vivo, trabalhador. Em relação à “medicina do pobre”, conforme analisada por Foucault (1989), foi impulsionada por acontecimentos que demonstraram a capacidade do pobre de tornar-se uma força política capaz de revoltas, pela maioria da população pobre perder seu trabalho nas cidades e a cólera, de 1832, que passou a representar um perigo sanitário a coabitação entre ricos e pobres, no mesmo espaço físico. Consistiu, assim, em um modo de controle das classes mais pobres, buscando torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas.

A utilização da medicina como prática de controle e de poder ainda opera em larga escala em espaços institucionais destinados a crianças, adolescentes e jovens, como nos acolhimentos institucionais e nas unidades socioeducativas de internação, espaços ocupados prioritariamente por sujeitos em condições de miséria, pobreza e vulnerabilidade. Nestes locais opera-se a contenção química, controlando através da administração de medicações psiquiátricas quaisquer reações que possam ameaçar o controle disciplinar, que nestes contextos passam a ser denominadas como surto. O diagnóstico tem o poder de produzir supostas verdades sobre o sujeito. O uso excessivo da medicação, bem como o diagnóstico, acaba muitas vezes por invalidar as denúncias dos sujeitos sobre os locais, permitindo assim, que outros modos de lei se estabeleçam. Como Patrick, que por inúmeras vezes relatou sobre agressões sofridas por parte dos agentes socioeducativos, chegando a expor alguns hematomas. Contudo, seu discurso com frequência era invalidado, seja pela equipe da instituição, com base em seu quadro psiquiátrico, seja pela própria confusão mental decorrente do excesso de medicações.

Já próximo ao seu desligamento da FASE, por atingir o tempo máximo de cumprimento da medida de internação, o Programa de Proteção para Crianças e

Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM foi acionado para avaliar a possibilidade de seu ingresso. Patrick, no entanto, não aceitou as condições de proteção oferecidas pelo programa. Recusar talvez fosse a única possibilidade de escolha que lhe restava. E diante da impossibilidade de continuar na FASE, da recusa em ingressar no programa de proteção e da indisponibilidade dos pais em acolhê-lo em suas casas, sua vida continuou ainda sem perspectivas de um caminho possível após a saída da FASE. Denunciando assim, mais uma vez, as falhas do Estado e da sociedade, no que se refere ao seu papel na construção de possibilidades de vida diferentes daquelas que o levaram à internação e desafiando suas estratégias de disciplinamento.

Partindo da perspectiva foucaultiana, na qual o exercício do poder não ocorre de forma apartada aos processos de resistência, cabe-nos pensar de que modo pode-se evitar que ela seja capturada pelas estratégias de poder. É possível mantê-la como acontecimento, não assimilado por tais práticas, uma vez que estas também se atualizam e reinventam nos jogos de forças? Poderíamos supor que preservar a própria saúde mental nestes locais já é em si um ato de resistência, de insubmissão? O processo de adoecimento do sujeito institucionalizado, aproxima-se do conceito de necropolítica, proposto por Mbembe (2016), segundo o qual, a partir de um processo de desumanização de determinados sujeitos, estes se tornam passíveis de movimentos de aniquilação, tendo sua morte naturalizada ou mesmo incorporada às ações do Estado. Nesse sentido, observa-se que a leitura patologizante e a medicalização excessiva parte da não aposta na potência destes jovens, do desinvestimento em outros modos de socialização, que não pela via da rotulação a partir de um diagnóstico, que constrói e enfatiza limitações. Trata-se de uma atualização mais sutil da política de exclusão e morte, que constantemente entra em tensionamento com as brechas encontradas pelos corpos indóceis, que desestabilizam os agenciamentos de controle estabelecidos.

Percebemos, assim, a atuação das instituições como dispositivos estratégicos, que atuam em favor da promoção da necropolítica. Tanto aquelas que estão mais presentes na vida dos jovens nas periferias, como os estabelecimentos socioeducativos e prisionais, como as que se fazem ausentes nesses territórios,

dificultando o acesso dos jovens à serviços básicos de saúde, educação, assistência social, entre outros.

4 Territórios Periféricos: lugares de vulnerabilidade e potência

*Os meninos passam liso pelos becos e vielas
 Você que fala becos e vielas sabe quantos
 centímetros cabe em um menino?
 Sabe de quantos metros ele despenca
 quando uma bala perdida o encontra?
 Sabe quantos nãos ele já perdeu a conta?
 Quando ceis citam quebrada nos seus tccs e teses
 ceis citam as cores das paredes natural tijolo baiano?
 Ceis citam os seis filhos que dormem juntos?
 Ceis citam o geladinho que é bom porque custa 1,00?
 Ceis citam que quando ceis chegam pra fazer suas pesquisas
 seus vidros não se abaixam?
 num citam, num escutam,
 só falam, falácia!
 É que ceis gostam mesmo do gourmet da quebradinha.
 É um sarau, um sambinha.
 Mas entrar na casa dos menino que sofrem abuso de dia
 não cabe nas suas linhas.
 (Luz RIBEIRO, 2016 - Menimelímetros)*

A poesia de Luz Ribeiro, além de apresentar uma crítica sobre o modo como se dá a produção de conhecimento a respeito das periferias e nos chamar atenção para a ética necessária para a realização das nossas pesquisas, também demonstra a ambiguidade presente nestes locais. Embora reconhecidos em grande parte como territórios de pobreza e violência, também são locais que comportam uma vasta produção cultural e de saberes diversos e, quando vistos mais de perto, são lugares em que estratégias de cuidado e sobrevivência emergem a partir das necessidades e das relações estabelecidas. Assim, para entender as forças de produção de vida e de morte que operam sobre os jovens, “é preciso estar atento às potencialidades e às vulnerabilidades instaladas nas comunidades, nos territórios, onde as famílias estabelecem seus laços mais significativos” (CREPOP, 2007, p. 11).

Os territórios periféricos têm sido historicamente relacionados à pobreza, marginalidade e criminalidade, reforçando os estereótipos e discursos que incidem sobre quem os habita. O Plano Nacional de Assistência Social, elaborado a partir da

IV Conferência Nacional da Assistência Social (2004), tem como um dos eixos estruturantes para sua operacionalização a territorialidade. Embora o SUAS - Sistema Único de Assistência Social, implementado em 2005, objetive romper com o primeiro-damismo e o assistencialismo, mantém a produção histórica sobre a população pobre e excluída ao propor esse modelo que prioriza algumas famílias e territórios como focos de intervenção da política. Assim, “o movimento que busca prevenir riscos, fortalecer vínculos familiares e comunitários e proteger, é o mesmo que constitui a falta, a condição de fragilidade” (Patrícia OLIVEIRA, 2016, p. 40 - 41).

Tiaraju D’Andrea (2013) refere que o termo *periferia* passou por um processo de alargamento nos últimos vinte anos, deixando de ser definido pelo binômio *pobreza* e *violência*, passando a comportar também os elementos *cultura* e *potência*. Contudo, ele observa que esta potencialidade tanto pode ser utilizada para afirmação política, como para fins mercadológicos, levando a uma certa celebração da pobreza e enfraquecendo o caráter crítico do termo *periferia*. Assim, esta potencialidade, para ele, é marcada pelo antagonismo, que de um lado carrega o caráter emancipatório, relacionado à redução da posição de subalternidade e valorização dessas populações e de outro, a captura pelo mercado de consumo, que constrói a figura da “Classe C” e celebra a “nova classe média” emergente e consumidora, sobretudo através da exploração do mercado de entretenimento, como filmes, novelas e a própria agenda pública, com políticas de incentivo ao consumo.

De acordo com Tiaraju D’Andrea (2013), a periferia se empenhou nos últimos anos em construir mecanismos e inventar formas para contornar a violência e manter-se viva, o que movimentou uma engrenagem produtora de fatos e circunstâncias que afetaram a vida social, sob o primado de soluções práticas para um contexto de morte. Neste cenário emergem os coletivos artísticos e passam a produzir ressonâncias entre outros registros que marcam os imperativos da vida nas periferias como a tomada das facções criminosas e disseminação de grupos religiosos.

Embora as considerações de D’Andrea sejam importantes para entendermos a emergência dos movimentos culturais nas periferias como uma estratégia de resistência e modo de afirmação e as formas de captura e exploração que reduzem sua potencialidade política, percebe-se que se refere à um contexto de periferia mais relacionado aos sujeitos com algum poder aquisitivo, diferente daquele que abordo

neste momento. Os jovens que emergem neste estudo estão mais à margem deste contexto, embora ainda assim atravessados por ele. São os jovens que muitas vezes têm o seu primeiro contato com algum serviço da rede socioassistencial por meio de medidas socioeducativas ou pela via do risco extremo e violação de direitos, ou seja, aqueles para quem os serviços não chegaram de modo a garantir seus direitos básicos de proteção, saúde, educação, alimentação, etc. Estes que são mais vulnerabilizados por enfrentarem situações de precariedade e miséria, que sofrem os efeitos da seletividade do sistema punitivo e carregam consigo o estigma dessas situações.

Pausa para uma imagem: ao utilizar os termos *periferia* e *vila*, estou me referindo à conjuntos habitacionais, situados geralmente em locais não regularizados, compostos por casas irregulares, a maioria construída de forma improvisada, através de materiais doados e madeiras reutilizadas, em ruas que iniciam com paralelepípedos e, mais ao final, seguem em estreitos becos de chão batido. Impossível passar sem embarrar os pés! Esses locais geralmente contam com infraestrutura precária, sendo algumas vezes as redes elétrica e de esgoto improvisadas, com fios colocados de modo perigoso e valas à céu aberto. Têm intenso fluxo de pessoas: são moradores que se deslocam para seus trabalhos e compromissos, algumas mulheres levando crianças para a escola, outras crianças brincam na rua, o cuidado é compartilhado entre os vizinhos. A vida acontece mais do lado de fora do que dentro das casas. Os grupos de adolescentes e jovens se reúnem em cada esquina, alguns conversando, outros escutando músicas no celular e até dançando. Há uma intensa vida acontecendo ali; as relações, o comércio, as variadas opções religiosas, as festas noturnas. O tráfico também costuma movimentar-se intensamente nestes locais. - Mas não se confunda: armas e drogas não são produzidas nas favelas, sua chegada até as mãos dos jovens atende a interesses de agentes das classes superiores e é facilitada através da corrupção - Os olheiros ficam em lugares estratégicos avisando dos movimentos que acontecem, os *aviõezinhos* correm pra lá e pra cá, tudo dentro de um esquema bem organizado. Mas se você não conhece, não irá perceber nada.

A vila tem seu próprio código de conduta e os seus moradores vão desenvolvendo as estratégias de vida e de proteção que se fazem possíveis e necessárias. Estas não podem ser julgadas considerando como parâmetro a dita norma social vigente, presente hegemonicamente em outros espaços.

Psicóloga: *Pri como tá para você isso do pai do teu filho ter sido preso?*

Priscila (16 anos): *Agora tá bom sabe sora, com mulher de cadeeiro vagabundo não se mete.*

Priscila cumpria medida socioeducativa em decorrência de assaltos praticados na companhia do namorado. Ao engravidar, decidiu que não participaria mais dos delitos, mas foi ameaçada não só pelo namorado, mas por seus comparsas. Quando seu namorado foi preso, sentiu-se aliviada, porém, passou a temer que ele a obrigasse a levar drogas para o presídio. Chegou a mencionar que ele poderia pedir para que escondesse nas fraudas do bebê. Mesmo com medo do namorado e de seus comparsas, Priscila mantinha o relacionamento, pois, apesar disso, namorar alguém que estivesse preso era um modo de sentir-se respeitada e segura no lugar em que vivia. Faz parte dos códigos de conduta das periferias e da vida cotidiana das mulheres que convivem dentro das áreas de atuação das facções e muitas vezes acabam tornando-se objeto de desafronta entre facções inimigas, sendo agredidas, estupradas e até mortas como forma de vingança nas disputas entre traficantes.

Neste espaço, o Estado também atua: projetos sociais, ONGs, saúde, assistência, segurança pública, conselho tutelar. Tem famílias que chegam a receber até três ou quatro visitas de diferentes profissionais e diferentes serviços por semana. Todos dizendo quais são as formas mais adequadas de viver, de cuidar da saúde, da alimentação, da educação dos filhos, etc. Em geral, os profissionais são bem recebidos pelas famílias. Agendam consultas, fazem combinações, entregam cestas básicas, dão orientações, fazem encaminhamentos, mas muitas vezes as demandas das famílias estão muito além do que os serviços, quase sempre precarizados, podem lhes oferecer. Em outras tantas vezes a atuação estatal acaba se dando muito mais

no sentido da normalização da vida do que de uma escuta atenta às reais necessidades das famílias.

Eventualmente realizei visitas domiciliares utilizando o carro do Conselho Tutelar, que nos cedia, devido à falta de veículo para a assistência social. Não tem uma criança das vilas que não conheça esse carro. E todas elas correm, algumas até choram ao identificá-lo.

- *Tia a senhora vai me levar?*

Não é curioso que um órgão tão importante para a garantia de direitos cause essa reação?

A PNAS – Política Nacional de Assistência Social, aponta que “a vulnerabilidade constitui-se em situações, ou ainda em identidades, que concorrem para a exclusão social dos sujeitos”, entendendo que “essas situações originam-se no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionais engendrados em construções socio-históricas e em dificuldades de acesso às políticas públicas” (BRASIL, 2010, p. 17). Sandra Torossian e Nelson Rivero (2014) atentam para a produção de sujeitos que se dá a partir do conceito de vulnerabilidade social que se enreda nas linhas de forças e relações de poder. A vulnerabilidade pode ser reconhecida para além do fator econômico, ela não é necessariamente fixa, podendo dizer de movimentos, de momentos e de estados.

Os sentidos produzidos sobre a vulnerabilidade têm a possibilidade de contribuir tanto para uma homogeneização e manutenção da população num lugar de risco quanto para construir estratégias de empoderamento dos sujeitos na construção de potências de vida (Sandra TOROSSIAN & Nelson RIVERO, 2014, p. 63).

Patrícia Oliveira (2016), ao analisar os discursos que incidem sobre os territórios e a população jovem, refere que os lugares perigosos dizem das estatísticas e práticas utilizadas pelo Estado, do capitalismo que aponta possibilidades e impossibilidades, da juventude e suas famílias, dos nossos modos de pensamento e formas de subjetivação.

Da gestão pelo encarceramento à gestão dos seus espaços de moradia, busca-se o controle dessa juventude, que há tanto tempo tem sido foco da sociedade. O lugar de delinquente lhes tem apresentado um fluxo que vai da sua “dívida social” que os leva à prisão ao da sua “dívida durante o encarceramento” que os devolve para o crime. É nesse movimento, dentro do jogo de forças com a sociedade, que muitos desses jovens têm sobrevivido, ou têm sido mortos (Patrícia OLIVEIRA, 2016, p. 29).

Alexandre Ciconello (2016) já chama atenção para o uso das forças de segurança que atuam na marginalização dos territórios periféricos, majoritariamente negros e suas expressões culturais, como o Hip Hop e, mais recentemente, o Funk³³. Ele ressalta que o Estado Democrático de Direito não chega de fato nestes locais. Podemos analisar esse aspecto a partir dos estudos de Achille Mbembe (2018), sobre o colonialismo. Para ele, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei e no qual “a paz” tende a assumir o rosto de uma guerra sem fim. Assim, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera à serviço da “civilização”. Nesta configuração, a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania.

Fernando Gomes e Joseli Silva (2017), com base nos estudos da necropolítica de Mbembe, propõem uma interpretação da periferia urbana como um espaço que se faz e desfaz constantemente de relações específicas, a partir de intersecções de idade, raça, gênero e atravessadas simultaneamente por múltiplas escalas. Assim, ser homem, jovem, negro e morador de uma periferia pobre implica uma posição nas relações de poder que não pode ser vista como total e fixa, mas de encontros com “outros”. Seus estudos apontam para o fato de que a violência homicida é plurivocal, não havendo uma posição única para os homens moradores das periferias, que comparecem simultaneamente como vítimas e autores. Tal fato “implica uma imaginação geográfica que desarticule a sincronia entre espaço e estruturas de poder” (p.707). Eles apontam, assim, para a necessidade de tornar o espaço paradoxal, descontínuo e aberto aos tensionamentos, configurando um caminho de compreensão para o fenômeno da espacialidade seletiva da morte que elege a periferia pobre como

³³ Em 2017 foi apresentada ao senado a Sugestão de Lei – SUG 17/2017, que propunha a criminalização do funk.

preferencial, não deixando dúvidas de que é dentro dos territórios periféricos que o Estado mostra a sua face mais perversa.

A necropolítica instituída no Brasil com relação às mortes de homens jovens negros e sua espacialização nas periferias pobres urbanas não deixa dúvida de que a sociedade brasileira constituiu os dispositivos capazes de produzir uma massa de cadáveres, considerada necessária para a manutenção da vida considerada qualificada. A insensibilidade de parte da sociedade pelo genocídio das periferias urbanas se constrói cotidianamente pela desumanização dos “outros” por meio dos discursos que permeiam instituições econômicas, políticas e culturais que são veiculadas pelos meios de comunicação (Fernando GOMES e Joseli SILVA, 2017, p. 708).

Patrícia, ao ingressar no programa de proteção acompanhando seu irmão, viu a saída do beco onde morava como uma oportunidade de oferecer uma vida melhor aos seus cinco filhos. *Eles não teriam futuro lá*, dizia à equipe que a acompanhava. Contudo, ao passar de alguns meses, mostrava-se desanimada, não tinha constituído vínculos na nova cidade e a equipe com frequência recebia reclamações de seus vizinhos: as crianças faziam muito barulho, a família brigava muito, tinha muitos cachorros...

Em função das reclamações, a família teve que trocar de residência três vezes. A equipe sempre buscava providenciar casas em que pudessem ficar confortáveis e em locais que permitissem uma boa mobilidade pela cidade. Por último, estava morando no centro. Contudo, Patrícia não se sentia feliz, queixava-se do silêncio da rua. Estranhava a dinâmica das pessoas, sempre trancadas em suas casas, sentia falta da agitação da vila, das relações entre as famílias, onde todos dividiam os cuidados com as crianças, das estratégias de sobrevivência que conseguia desenvolver: terça-feira era o dia de buscar as frutas e verduras distribuídos gratuitamente pela CEASA³⁴, no sábado trabalhava prensando lanches em um bar e garantia algum dinheiro para a semana, nos demais dias trabalhava na reciclagem, quando a situação ficava difícil, recorria a ajuda dos vizinhos.

Na vila, ser mãe de cinco filhos aos 27 anos de idade lhe conferia um certo lugar de respeito, no bairro essa mesma condição produzia julgamento e olhares com os quais Patrícia já não estava mais disposta a conviver. Preferia arriscar retornar e enfrentar a ameaça de morte do que suportar a exclusão daquele espaço.

³⁴ Central de abastecimento.

Mesmo diante de toda a situação de vulnerabilidade relatada, as periferias ainda representam para grande parte de seus moradores não apenas a única possibilidade de moradia, mas o local de pertencimento, onde estabelecem seus vínculos comunitários e desenvolvem suas estratégias de sobrevivência. Mas como resistir às forças despotencializantes que incidem sobre esses sujeitos e precarizam suas vidas? É possível romper com o poder normalizador que insiste em mantê-los à margem em uma condição de não-sujeitos?

Piter chegou ao CREAS para cumprimento de uma medida socioeducativa de Liberdade Assistida, após progressão da medida de internação que cumprira por pouco mais de um ano. Compareceu acompanhado pela avó, com quem residia desde os cinco anos de idade.

Foi logo dizendo algo que parecia já ensaiado, sabia o que era esperado dele: “quero estudar, trabalhar e ajudar minha avó”. Já no primeiro atendimento, Piter relatou com detalhes sobre o momento em que foi apreendido, por envolvimento em um assalto. O jovem fazia parte de uma quadrilha de expressiva atuação no RS. A intenção da ação não era exatamente prendê-lo, mas obter informações sobre o esconderijo de um carregamento de armas. Porém, Piter sabia muito bem o preço de fornecer tal informação: certamente seria morto em seguida, sobretudo porque entre os agressores estava o policial que ele identificava como autor do desvio das referidas armas. Piter relatava com detalhes a tortura que havia sofrido. Os socos, pontapés... Não tinha falado sobre isso durante todo o tempo em que estivera na FASE, temia represálias. Mas aquilo lhe transbordava, precisava falar, expor o que marcara sua vida e permanecia impresso em seu corpo, através das cicatrizes nas pontas dos dedos, mutiladas, picadas por alicate. Seu relato era revoltante e causava certo embrulho no estômago. Preocupava a presença de sua avó, que escutava sem esboçar reação alguma, com a resignação de quem já tem a violência como parte de seu cotidiano.

Os atendimentos seguintes decorreram da mesma forma, Piter elaborava o trauma sofrido repetindo muitas vezes o relato da tortura policial e, também, contava com ar de orgulho sobre a estratégia que garantiu a sua sobrevivência: indicou uma

casa qualquer, apontando como local onde estariam as armas, a fim de que fosse levado até a vila e assim poderia contar com a intervenção dos moradores. Embora paralisado pelo terror da iminência da morte, não duvidou em momento algum da capacidade das pessoas em se sensibilizar e interceder em favor de sua proteção.

Em seguida, os gritos de protesto de diversas pessoas e os celulares com suas câmeras denunciativas apontadas para os policiais forçaram seu encaminhamento ao DECA e, em seguida, à FASE.

Ufa! Deu certo!

Mbembe (2018), ao citar Heidegger, coloca que o “ser para a morte” é a condição decisiva de toda a liberdade humana verdadeira. Assim, a liberdade para viver a própria vida está condicionada a liberdade para morrer a própria morte. Ele elabora a lógica do mártir, que ao matar e morrer ao mesmo tempo, coloca-se na mesma condição do Outro, reduzindo-o a si mesmo. Trazendo tal reflexão para o contexto das juventudes nas periferias, poderíamos pensar que o envolvimento com o tráfico, onde o jovem se expõe aos mais variados riscos, seria uma forma de tomar para si o poder sobre a própria morte, libertando-se assim das forças de controle e poder que o cercam? Seria, então, matar e morrer um dos poucos atos de resistência que lhes restam? Para Mbembe (2018), o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade.

Priscila, Patrícia e Piter, ontologias de existências que em meio à violência e opressão, fazem despontar as faíscas do desejo de viver e viver com dignidade... A força do povo das periferias, indicando a tão temida potência de sua insurreição, como modo de resistência ao poder individualizante das forças opressoras e a sobrevivência... A tensão constante da necropolítica *versus* a afirmação da vida nos espaços periféricos... As escolhas que muitas vezes os jovens precisam fazer de morrer um pouco, no sentido simbólico, para continuar vivendo...

Cabe-nos aqui pensar que outras formas de resistências se fazem possíveis nestes espaços e permitem abrir brechas para movimentos de produção de vida.

5 Imagens das sobrevivências

5.1 Corpos insubmissos: a resistência das juventudes nas periferias e instituições

“O jovem mostrou-se resistente às intervenções propostas”, diz a frase que se repete ao longo das páginas de um prontuário qualquer, mas que também é o registro de uma vida. Etiquetado e guardado nas gavetas do arquivo de um serviço socioassistencial, compõe uma fileira de outros tantos, organizados todos em ordem alfabética. Muitos deles compostos por textos que aludem à frustração das intervenções ou encaminhamentos, atribuindo às recusas da família, da mãe, do usuário resistente.

De acordo com o dicionário Aurélio de língua portuguesa³⁵, resistência consiste na “ação ou efeito de resistir, de não ceder nem sucumbir, aptidão para suportar dificuldades, qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo, defesa contra um ataque, recusa de submissão à vontade de outrem; oposição, reação”. Diversas ciências se apropriaram desse termo, como a psicologia, a física, a engenharia, dentre outras, atribuindo-lhe diferentes significados que não cabem serem aqui detalhados. O que se pretende nesse momento é atentar para o modo como é tratado o fato de resistir quando se refere a determinados públicos, aqueles que acessam as instituições e serviços da rede socioassistencial ou que por alguma razão são compelidos a isso. Para estes, muitas vezes a resistência é tida como algo que justifica o insucesso das intervenções.

Quando falamos em resistência no âmbito das políticas públicas, logo nos remetemos aos movimentos históricos de ação política organizada, protagonizados por profissionais, sociedade civil e usuários, no sentido da garantia e manutenção de direitos. Temos como exemplo a luta pela democratização das políticas, que culminou na instituição da Constituição Federal, de 1988 e a partir disso, na implantação do SUS – Sistema Único de Saúde, no mesmo ano. Entretanto, quando nos referimos ao

³⁵<https://www.dicio.com.br/resistencia/>

sujeito, denominado, muitas vezes, de “público-alvo” das políticas públicas, estamos geralmente falando de um movimento de recusa, uma não aceitação a algo proposto ou determinado sem, muitas vezes, questionarmos-nos a respeito do que isso nos diz ou sobre os tantos movimentos de resistência que esse sujeito precisa travar em seu cotidiano. Seria então a valorização da resistência um privilégio autorizado apenas a determinados segmentos da população? Quem pode resistir? Quais resistências são permitidas?

Recorremos a Foucault para pensar os tensionamentos decorrentes destes jogos de força. Com base em seus estudos, podemos dizer que o ato de resistir a uma intervenção proposta evidencia a existência de uma relação de poder entre os serviços e quem os acessa; pois, a possibilidade de resistência é requisito necessário para que se configure uma relação de poder: “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1999, p. 91). Assim, entendemos que as possibilidades de resistência emergem e se configuram nas relações com o poder, criando possibilidades de transformação. Para Foucault (1974), o poder é difuso e se encontra em toda a parte, e opera a partir da captura da vida por meio de dispositivos construídos pelas práticas sociais. Para o autor, a capacidade de resistir está relacionada à criação de possibilidades outras de existência a partir de estratégias de subversão das relações de força do campo do poder, que fazem engendrar novas possibilidades de vida. Portanto, nas relações de poder, acontecem ações sobre ações, sendo a insubmissão e as liberdades condições permanentes para sua existência.

A partir do pensamento foucaultiano, entende-se o poder, não como a representação do poder soberano ou da lei, mas distribuído como multiplicidade de correlações de forças. Assim, capaz de se transformar, reforçar, inverter e coexistir com as possibilidades de resistência emergentes. Ao longo do trabalho nas políticas públicas para as juventudes, por vezes nos deparamos com as suas tentativas, mesmo que, muitas delas ínfimas e silenciosas, porém vitais, de resistirem ao assujeitamento normativo que opera, sobretudo no contexto de dispositivos de controle da vida e disciplinamento dos corpos.

Judith Butler (2010) aponta para a possibilidade de resistência que se dá a partir do movimento de subversão de uma ordem social hegemônica. Para ela, essa capacidade de ação está fundada no desejo e emerge no interior da própria dinâmica

do poder a que se opõe. Desse modo, para romper com certa cadeia de repetições, ressignificar práticas sociais e produzir novos efeitos em determinado contexto social, é necessário que o sujeito possa se apropriar da lógica de poder dominante, que está inscrito tanto em termos linguísticos, como na lógica do reconhecimento dos direitos humanos universais.

Assim, de acordo com a perspectiva Butleriana, as relações de poder são constitutivas dos sujeitos, sendo o assujeitamento um processo de subjetivação que permite gerar condições de resistência. Esse agenciamento ocorre a partir da oposição aos “abusos do poder normalizador que limita e controla os desejos de sua própria possibilidade, no âmbito da sociedade vivível” (2010, p. 397), sendo a condição de possibilidade algo que emerge a partir da própria subordinação (Neiva FURLIN, 2013). Quando o poder modifica seu estatuto se converte em potência do sujeito.

Essa capacidade de ação, considerada agência, consiste em uma característica performativa de significado político, no qual o grande motor é o desejo, que impulsiona a mudança e encarna uma ação política transformadora. Os desejos que não se conformam com a norma vigente, se tornam potencialmente subversivos.

Assim, sendo o desejo o elemento chave, que impulsiona a ação e proporciona a resistência ao poder normalizador, precisamos pensar em como se dá a produção do desejo dos jovens moradores das periferias e que condições desejantes atravessam suas vidas e tornam possíveis esses movimentos de resistência.

Para Judith Butler (2010), o desejo é externo ao sujeito, se origina a partir das pessoas que o precederam e conserva certa dimensão do externo, mesmo quando tomado pelo próprio sujeito. Assim, o outro é condição de possibilidade para a vida afetiva. Para ela, a consciência está condicionada pelo desejo, sendo ele dependente de uma base normativa que nos é prévia como sujeitos e que funciona ao mesmo tempo como condição de possibilidade. Mas à quais juventudes é permitido o estatuto de sujeito desejante? Que desejos são investidos sobre os jovens das periferias? São questionamentos que me faço neste momento, buscando pensar o que possibilita as condições de resistência e afirmação dessas vidas.

Quando criança, Pablo, acompanhava sua mãe no trabalho com catação de materiais recicláveis. Sua idade era ainda insuficiente para compreender os processos de descarte e reaproveitamento de resíduos e tanto menos ainda, a desigualdade social que coloca alguns sujeitos na posição de quem descarta e outros, como coletadores daquilo que é rejeitado. Mesmo assim, já sentia na pele os efeitos destes mecanismos. Desde cedo conheceu a sensação produzida pelos olhares de desprezo que eram lançados sobre eles, enquanto reviravam as lixeiras. Acessava o centro da cidade e os bairros de classe média como quem adentra um local estrangeiro. Os prédios altos e as casas de arquitetura moderna, em nada se pareciam com o pequeno barraco de madeira em que vivia com a mãe, uma tia e três primos. Carolina Maria de Jesus (1960) bem descrevera essa sensação, em seu Quarto de Despejo:

Quando estou na cidade tenho a impressão de que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludo, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.

Onde Pablo nasceu, se nasce e morre quase que por acaso ou acidente. Sua mãe mesmo já havia perdido dois outros filhos, um no parto e outro de tiro. Poderíamos dizer que era o lado errado do muro. O lado das vidas que não são comemoradas e das mortes que não são lamentadas. Ainda assim, era o lugar de sua casa, era onde queria estar no final do dia.

Veza ou outra encontrava algum brinquedo velho ou coisa qualquer que lhe tomava a atenção e assumia o valor de um pequeno tesouro. Sensibilizava-se especialmente por tudo que possuísse forma circular e pudesse ser puxado por uma linha: carretéis, rolos, pedaços de cano... Talvez em algum momento tenha se apercebido acometido por pensamentos sobre como alguém poderia considerar inútil algo que para ele era tão especial. Assim como o doido de Rabelais, da poesia de Manoel de Barros, ele sabia o valor do que não presta. Só faltou quem lhe contasse que “quem atinge o valor do que não presta é, no mínimo um sábio ou um poeta”. Desconfio de que o que ele não entendia mesmo é o que dá valor de inútil à alguma coisa. Talvez já tivesse percebido, quase ainda sem poder verbalizar, que também as pessoas são qualificadas como úteis ou não, de acordo com o tanto que podem produzir, consumir e descartar.

Fora batizado com nome de pintor, poeta, cantor, mas sempre ouviu dizer que

era o nome de um narcotraficante muito famoso. Pablo era barulhento, inquieto, dessas crianças que não param na cadeira da sala de aula, às vezes por inquietação, outras por fome ou tédio mesmo. Aprendeu a fazer contas de somar e diminuir. Ler e escrever não aprendeu muito bem: “Ivo viu a uva. Que Ivo? Que uva?”, não lhe parecia fazer sentido. Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade, diziam as professoras e insistiam que a mãe deveria levá-lo ao psiquiatra ou psicólogo. Ela até tentou, mas o CAPSI³⁶ ficava distante de casa e sempre se atrapalhava com os horários das consultas. Negligência materna e trabalho infantil ficou registrado em sua Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente – FICAI, encaminhada ao Conselho Tutelar. Sua vida escolar não se seguiu por muitos anos. Preferia acompanhar a mãe nas andanças pela cidade. De quando em quando até ganhava uns trocados dos passantes ou alguma roupa. Conforme foi crescendo, vez por outra Pablo se percebia invisível aos olhos, mas não aos sentidos das pessoas, que atravessavam a rua ao cruzarem com eles. Não se deu por conta sobre o momento exato em que esta ação passou a ser motivada pelo medo que sua presença passava a despertar. Assim como quando pegou-se envergonhado pelo trabalho da mãe e não quis mais acompanhá-la. Simplesmente foi acontecendo.

Com o passar do tempo, também foi acumulando fichas de cadastro em serviços da rede de saúde, assistência social, educação, Conselho Tutelar. Registros desconexos, que retratavam pequenas passagens de sua vida, como o dia em que a equipe da abordagem social do CREAS³⁷ o convidou para participar das oficinas semanais desenvolvidas para as crianças do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) ou quando foi atendido na UPA³⁸ do bairro por ter cortado o pé, pisando em um caco de vidro. Dados de atendimentos descontínuos, guardados em algum lugar de um arquivo morto.

Com doze anos descobriu que poderia ganhar seu próprio dinheiro, fazendo alguns favores para o tráfico, como os outros meninos da vila também faziam. Para cá, para lá, corria de um lado para o outro. Corre, corre, quase voa, virou aviãozinho³⁹... Com isso conseguia comprar roupas caras, ajudar a mãe em casa e

³⁶ CAPSI – Centro de Atenção Psicossocial Infantil.

³⁷ Centro de Referência Especializado em Assistência Social

³⁸ Unidade de Pronto Atendimento

³⁹ Função de entregar pequenas quantidades de drogas no tráfico, frequentemente exercida por crianças.

comer xis. Seus sonhos eram como os dos Menimelímetros, escritos pela poeta Luz Ribeiro (2016): “tudo coisa de centímetros: um pirulito, um picolé, um pai, uma mãe, um chinelo que lhe caiba nos pés”. Aos quinze, comprou seu primeiro revólver, aprendeu a atirar e experimentou a sensação de transitar pelo centro da cidade carregando com ele algo que lhe conferia poder de morte. E por alguma razão, sentiu-se igual às pessoas dali. Gostava de sentir-se assim, mas não era só isso, “quem faz parte de facção, tem que se envolver”, disseram a ele. Passou a guardar drogas. Vivenciou o aprofundamento no tráfico, como quem encara o início de um emprego qualquer, tinha horário a cumprir, tarefas para realizar e uma determinada conduta a seguir. Tornou-se um bom profissional, “homem de confiança” do traficante. Algumas vezes foi apreendido, cumpriu duas medidas socioeducativas na FASE⁴⁰, mas quando saía precisava pagar a droga que fora recolhida com ele. Soube de um amigo que foi morto em um tiroteio. Pensou em parar...

Conseguiu um trabalho em uma obra, como ajudante, 12 horas por dia, ajudando a construir imóveis que não poderia comprar. Não era o tipo de trabalho que queria, mas escolher era um privilégio que ele não tinha. Em uma semana recebeu o primeiro pagamento. Trezentos Reais por seis dias de trabalho. Enquanto ia para casa foi abordado em uma ação policial. Recolheram seu dinheiro, supondo ser decorrente de tráfico. Mostrou a eles a poeira de cimento que cobria seus cabelos encaracolados, as roupas e a pele escura que ficara esbranquiçada pela poeira do cimento. Lembrou-se de quando se sujava por mexer no lixo com a mãe. “Uns tapas” e foi liberado. Deveria ficar grato por não ter sido preso novamente, bradou o policial. Mas quem disse que Pablo não estava preso? Aquela situação parecia o devorar, como um campo de areia movediça que se forma no deserto após uma tempestade: falta de oportunidades, descrédito do sistema e uma dívida que poderia lhe custar a vida, “sem nenhuma chance verdadeira de realmente iniciar” (Clarice LISPECTOR, 2009, p. 21). O tempo era curto. Precisava pensar rápido.

Voltou para a facção, começou a participar das disputas por território. Levou alguns tiros, deu outros... Nem sabe dizer quantos. Tatuou no rosto três lágrimas, símbolo que representa o número de assassinatos cometidos. Não gostava de falar sobre isso, dizia que na hora do “embolamento”⁴¹ era tudo ou nada, atirar e correr, só

⁴⁰ FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo.

⁴¹ Gíria utilizada pelos jovens para designar o momento de conflito entre as facções.

depois ficavam sabendo se alguém se feriu ou morreu. As tatuagens identificavam a facção e traziam certo status. Nunca trouxe satisfação, sempre foi sobrevivência, atirava para não morrer, ele dizia. Suas palavras lembravam-me o conto de Clarice Lispector (1964) sobre Mineirinho, que diz “tudo o que nele foi violência é em nós furtivo, e um evita o olhar do outro para não correremos o risco de nos entendermos. Para que a casa não estremeça”.

Agora, com 18 anos, diante da lei, um homem feito! Decidiu assumir de vez o destino que parecia já estar traçado para ele. Em um dos tiroteios, acabou baleando um policial, correu. O caso não gerou processo, nem mesmo um boletim de ocorrência foi feito contra ele. Sabia que a retaliação não viria pelas vias legais, já tinha visto isso acontecer antes: “um dia a pessoa só desaparece”. Passou sua vida enredado nas teias do poder, mas agora havia despertado de fato sua ira. Chegou a pedir ajuda no CREAS, onde ainda estava vinculado por meio de uma medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), mas como havia completado a maioridade, não tinha mais direito à proteção do Estado, embora não sentisse que um dia realmente tivesse tido. Assim, o Estado não pôde protegê-lo das forças do próprio Estado.

Por outro lado, havia conquistado respeito dentro da facção. Poderia ascender à outras funções e obter alguma proteção. Sempre ouviu dizer que quem está nessa vida tem dois destinos: cadeia ou morte. Essa ideia era tão presente para ele, que não conseguia se imaginar com mais de vinte anos. Mas desde criança ele tinha o dom de ressignificar as coisas e, assim, pensou em fazer o mesmo com a sua vida, transformar em algo novo, ao menos tentar. Se haveria de desaparecer, que fosse por seu próprio desejo. Despediu-se da mãe, juntou o pouco dinheiro que havia acumulado e um resto de tinta do fundo de uma lata de spray. Pichou em letras trêmulas, no muro da farmácia, na entrada da vila, o recado que poderia ser para si mesmo, mas que também pode ser um indicativo de como os jovens percebem suas possibilidades de luta e resistência, e partiu. Ainda sem rumo certo, sabia que deveria ir para longe, viver escondido. O amanhã era desconhecido, mas pela primeira vez parecia haver a possibilidade de um futuro.



“Dá teu jeito”: Frase pichada na estrada João de Oliveira Remião, Lomba do Pinheiro, Porto Alegre (RS). Imagem captada através do aplicativo Google Maps.

Essa não é a história de alguém que emergiu da pobreza e da miséria por ter ultrapassado enormes obstáculos e se tornado bem-sucedido financeiramente. Tampouco sobre alguém que foi “salvo” por um projeto social e hoje compartilha sua lição de vida. Não é sobre exceções. É sobre situações cotidianas, sobre os jovens que experimentam os efeitos da exclusão e da desigualdade em suas vidas. É sobre sobrevivências. A subversão de Pablo é a de escolher tentar continuar existindo em uma lógica social que autoriza o aniquilamento de vidas como a dele, é a de tentar não se reduzir aos delitos que compõem sua biografia, mas se reinventar, permitir-se traçar um desvio naquilo que parecia ser o seu destino.

Dá teu jeito! O recado que pode nos dizer não só da potência de ação do próprio jovem, mas também de como muitas vezes as resistências dos jovens acabam acontecendo de forma isolada e sem contar com a ajuda do Estado. Como no caso de Pablo, que transitou por diversos órgãos que deveriam ter garantido sua proteção ao longo da vida, mas acabou precisando fugir para se proteger do próprio Estado.

Nosso próximo protagonista também percorreu os caminhos e os descaminhos institucionais. Pietro, assim como Pablo, nasceu e cresceu em uma região periférica

da capital gaúcha e desde cedo assimilou a ideia de que um dia passaria pela FASE, muitos de seus amigos e conhecidos já haviam tido alguma experiência por lá. Sua trajetória também nos suscita muitas reflexões sobre as lutas que os jovens precisam travar nestes espaços para escapar das malhas do poder, que capturam as condutas desviantes ao mesmo tempo que às mantem a serviço do funcionamento e manutenção da máquina punitiva.

Foi sentado em uma laje, sobre o pequeno apartamento em que vivia, que ele quis contar-me sua história. Pietro era tido como um jovem perigoso desde que adentrou as portas da FASE, o porquê de tal designação, eu não sei exatamente. Mas desconfio que esteja relacionado à sua expressão, predominantemente fechada, poucas palavras, sempre sério. Afinal, como dito pelo anjo de Win Wenders no filme *Asas do Desejo*, em uma de suas memoráveis falas, “só se pode ser feroz na medida em que se fica sério”⁴².

Embora não se identificasse com algum grupo ou facção específica, exercia grande capacidade de liderança entre os internos, tendo sido por vezes a figura de mediação entre eles e a equipe diante de conflitos. Alguns, de fato, fora ele mesmo quem provocou. Não é raro que nas instituições de internação pequenos conflitos evoluam para motins, onde os jovens passam a chutar e bater incessantemente as portas de suas celas, é denominado de *pedalação*. É um modo de resistência coletiva, a forma que encontram para reclamar, reivindicar e denunciar, através de batidas que atuam como gritos enclausurados, transbordando ao corpo, fazendo emergir os gestos repetitivos de si contra o ferro e contra o concreto. Pietro conseguia conversar tanto com os internos, como com os profissionais. Bem articulado com as palavras, suas habilidades de negociação poderiam servir para acalmar ou exacerbar os ânimos.

No entanto, o que poderia ser reconhecido como uma potencialidade foi provavelmente também o que o levou a ser escolhido, dentre todos os demais. A proposta veio por parte de um agente, foi quase uma ordem! Pietro deveria executar

⁴²Filme *Asas do Desejo*, de Win Wenders (1987).

outro agente. Sim, isso mesmo! A ordem era para matar o profissional do turno inverso. Receberia em troca uma arma e uma boa quantidade de drogas.

Entendo que você esteja impactad(a)o com essa informação, mas acredite, muitas coisas obscuras podem acontecer nestes ambientes. Tal proposta o colocava em uma situação extremamente complicada. Se aceitasse, arcaria com as consequências do homicídio de um agente. Se recusasse, viveria sob a perseguição de quem fez a proposta. Ao assemelhar-se em muitos aspectos, podemos entender que a FASE, como analisado por Foucault em relação às prisões, é um lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas.

No contexto da vida de Pietro, vida e morte, matar e morrer não são extremos opostos. Pelo contrário, são parte de uma linha tênue, completamente permeável. Ele mesmo já havia passado por alguns tipos de morte antes, que não são a morte do corpo, mas as que diminuem a potência da vida. Morria um pouco toda vez que ficava sabendo que a vida de alguém que conhecia chegara ao final, pelas mãos da polícia ou do tráfico, vida que poderia ser a dele. Morriam suas aspirações e sonhos quando imaginava que sua vida não chegaria nem aos 20 anos. Morreu um pouco mais ao perder a inocência quando aprendeu a manejar uma arma, aos 13 anos. Aprendeu, também, a retribuir violência, com violência, e sentia-se justificado, pois, utilizava-se dos mesmos parâmetros que recaiam sobre ele.

Pietro, precisou de um dia e uma noite inteiros para pensar. Afinal, assim como as palavras e os poetas, as grandes ideias também gostam de surgir à noite, é nela que se fazem visíveis os pequenos lampejos de pensamentos que a iluminam⁴³. E assim foi, no dia seguinte já tinha uma resposta. Decidiu aceitar. Esperou pacientemente para que tudo pudesse transcorrer como o combinado. Fazer entrar uma arma em uma unidade socioeducativa não é simples. Foram dias angustiantes. Nos momentos de maior ansiedade, Pietro solicitava atendimento com a equipe técnica, mas não pronunciava uma só palavra sobre o que estava prestes a ocorrer.

O dia tão esperado havia chegado. Pietro tinha a arma em suas mãos. Esperou o momento certo, o momento combinado e, com o revólver em punho, pôs-se a gritar e chutar portas, estimulou os outros adolescentes a fazerem o mesmo e logo um

⁴³ Referência à obra de Didi-Huberman, *Sobrevivência dos Vagalumes* (2011).

barulho insuportável já havia tomado conta da unidade. Tratou para que o maior número possível de profissionais se deslocasse até a unidade e ali, diante de todos e contra qualquer expectativa, pode finalmente denunciar a proposta recebida e assim, livrar-se da incumbência.

Depois disso, Pietro não sabia o que iria acontecer, pouco conseguia saber sobre como seria o seu futuro, mas ele sabia o que não era. “Eu não ia matar um trabalhador”, ele me disse. Não matar trabalhador faz parte do código de ética de algumas facções. Pietro não quebrou a ética que havia estabelecido para si. Sua insurgência não altera as relações de poder existentes e seus efeitos, mas estremece por um momento seus fluxos.

5.2 Vestígios luminosos

Paco, Plínio, Paulo, Pierre, Pedro, Peterson, Patrick, Priscila, Patrícia, Piter, Pablo e Pietro, diferentes passos para trilhar os caminhos da institucionalização, da exclusão, da violência, da precarização e os descaminhos que a vida lhes impôs. Diferentes contornos para desenhar a passagem pelo labirinto das malhas do poder que enredam jovens que desde muito cedo são impelidos a resistir para sobreviver. Meninos “P” de *(im)*próprio, como descritos pela poeta Luz Ribeiro (2016), de pretos, pobres, periféricos... e também de perseverantes, perspicazes, possíveis, protagonistas, primordiais, potentes e de outros tantos adjetivos que poderíamos destacar em suas biografias.

*“Quando eu me estreito no beco
feito pros meninos “P” de (im) próprio
eu me perco
e peço por não saber geografia
invejo tanto esses menino mapa”. (Luz RIBEIRO, Menimémetros, 2016).*

Suas resistências, apesar do sofrimento, nos interpelam a refletir acerca das limitações do sistema que deveria garantir proteção e direitos às juventudes, a ininteligibilidade de suas ações como brechas para escapar dos saberes construídos

e poderes constituídos. Suas desobediências devidas⁴⁴, expressando a resistência contra a “sujeição materializada nas relações tensas entre jovem, instituição e sociedade” (Maria VICENTIN, 2011). São sujeitos insuportáveis para o poder, conforme colocado por López-Petit (2000), citado por Maria Vincentin (2011), pois põem no centro de seu movimento o querer viver. Não a vida como projeto a ser construído para satisfazer as burocracias institucionais, mas a vida como potência. Entretanto, como disse Fernando Horta (2018), “resistir tem um preço, e só quem resiste sabe o quanto é”. Para alguns foi ingressar em um programa de proteção, lançar-se ao desconhecido, adaptar-se a rígidas regras de proteção, afastar-se da família, de amigos e de toda a vida que conheciam. Para outros tantos, custa a própria vida, como ocorre com muitos jovens, que ao saírem da FASE, sem diferentes possibilidades, acabam por retornar aos lugares onde possuem conflitos ou dívidas com facções. Conforme colocado por Foucault (2008), morrer também é um ato de resistência, quando o poder é exercido sobre a vida. Esses movimentos nos dizem do contexto em que se encontram inseridas as juventudes nas periferias urbanas, onde a vida passa a ser subjugada ao poder da morte. E os regimes de verdades que se constroem tratam de desumanizar esses sujeitos, produzindo a figura do inimigo, do sujeito perigoso, aquele cujo aniquilamento passa a ser não só aceito, mas entendido como necessário para a manutenção da vida considerada qualificada (Fernando GOMES e Joseli SILVA, 2017, p. 708). Nesse cenário, a precarização e desinvestimento na educação pública, falta de mobilidade dos jovens das periferias para acesso à educação, qualificação e trabalho atuam como formas sofisticadas de operacionalização da necropolítica, que os mantém na condição de exclusão e precariedade. Essa situação é ainda mais agravante quando interseccionalizada com a questão racial: “quanto mais retinto o menino, mais fácil de ser extinto” (Luz RIBEIRO, 2016).

Para que os sofrimentos e enfrentamentos desses jovens acendam a uma potência política, é necessário que possamos aguçar o olhar sobre as suas lutas cotidianas, percebendo a potência de suas fagulhas, dessas luzes que faíscam no

⁴⁴O conceito de desobediência devida foi explorado por Maria Vincentin (2011), a partir da ideia de obediência devida, que sustentou, por meio de lei, a anistia Argentina para os integrantes das forças armadas que participaram de torturas e extermínios, em 1986, “por estarem cumprindo ordens”.

caos⁴⁵.

Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que por pouca coisa a ser vista (Georges Didi-Huberman, 2011).

Para desconstruir a ideia de individualização e patologização de suas ações, é necessário tomar seus movimentos como expressão contra uma ordem social estabelecida. É preciso repensar nosso lugar enquanto sujeitos sociais, profissionais e produtores de conhecimento, refletindo sobre o uso que fazemos dos saberes científicos que sustentam nossas práticas. Romper com os pactos de silêncio, historicamente construídos pela branquidade e com a negativa de olhar para as dimensões públicas, institucionais e estruturais da violência, da opressão e do racismo. Atentar para novos olhares acerca das juventudes nas periferias e suas resistências, tomando-as não só como possibilidades de sobrevivência, mas como movimentos de denúncia das impossibilidades produzidas pelas relações de poder, estruturadas socialmente e incorporadas pelo Estado, pode ser um modo de contribuir para desestabilizar os regimes de verdade que se inscrevem sobre esses corpos. É preciso, ainda, que nos coloquemos como sujeitos ativos nessas lutas, pois, “também o silêncio, a apatia, a displicência, a indiferença são funcionais ao sistema” (Vera OLIVEIRA, 2017).

É preciso ainda, como nos alertam Rafaela Mallmann e Ana Paula Rodrigues (2019), perceber como o discurso da violência produz um contra discurso que instrumentaliza as classes populares e os defensores dos direitos e igualdades sociais na resistência política e social, nas periferias das cidades e no campo. Nesse sentido, precisamos tratar nossas pesquisas como “instrumentos sociais e de luta, compreensão e análise, sem ignorar que as ciências, sejam elas quais forem, não são neutras e que os termos construtores de cada pesquisa definem, para o pesquisador, seu lugar no mundo nas contradições sociais existentes”. (p. 5).

⁴⁵ Referência a música “Auto-reverse”, interpretada pela banda O Rappa.

6 Mais alguns pixels

A palavra “pixel” vem do inglês, sendo uma combinação dos termos picture e element, ou seja, elemento de imagem. O pixel é o menor elemento de uma imagem, ao qual se pode atribuir uma cor. É bastante comum a representação do pixel em quadradinhos, mas nem sempre ele se apresenta dessa forma. Uma imagem pode ser formada com linhas, por exemplo. Assim, cada linha seria um pixel e o seu conjunto forma a imagem. Do mesmo modo como os pequenos atos insurgentes dos jovens, que vistos de forma isolada podem não apresentar uma representação muito expressiva, mas quando observados como um conjunto de ações denotam a força de uma juventude que se afirma no desejo de vida, de reconhecimento e de resistência.

Os contornos e paisagens das periferias também nos dizem sobre o que acontece fora delas. É o modo como organizamo-nos como sociedade que indica os cenários que se compõem nos centros e periferias das cidades. Resta-nos a reflexão acerca das nossas ações enquanto atores sociais na composição dessas imagens da sobrevivência e mais urgente ainda, interpelarmo-nos a respeito das dinâmicas sociais que acabam por muitas vezes apontar a morte como possibilidade última aos jovens que vivem nas periferias. Que papel estamos exercendo nos jogos de luz e sombras que compõem essas imagens? Quais discursos reforçamos? De quais formas podemos contribuir para possibilitar a abertura das frestas que permitem colorir com a vida e potência das juventudes os cenários estigmatizados pela violência e pela morte? São questionamentos produzidos pelas histórias de vida aqui relatadas.

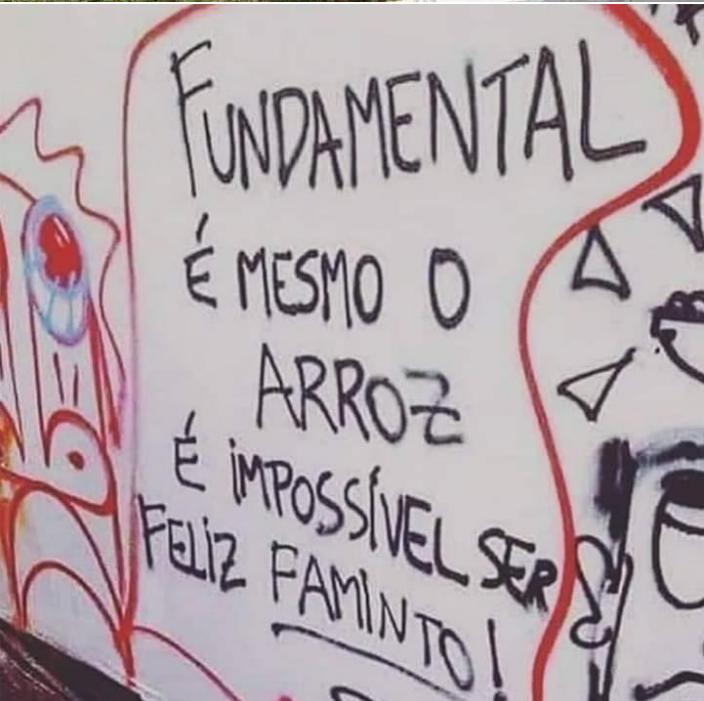
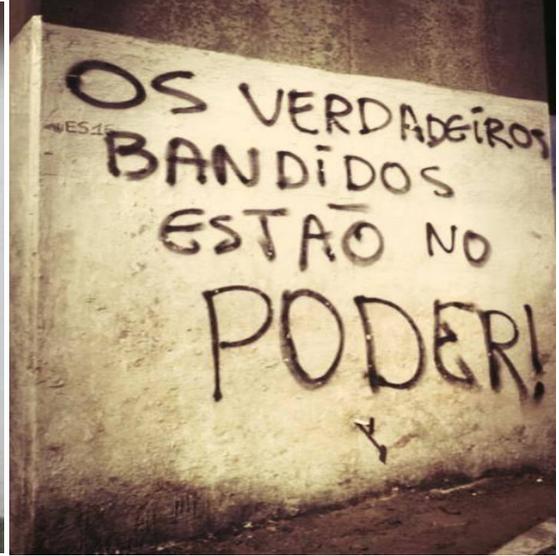
Na escuridão da noite um menino franzino guarda a entrada da vila, sentado na parada de ônibus da rua principal.

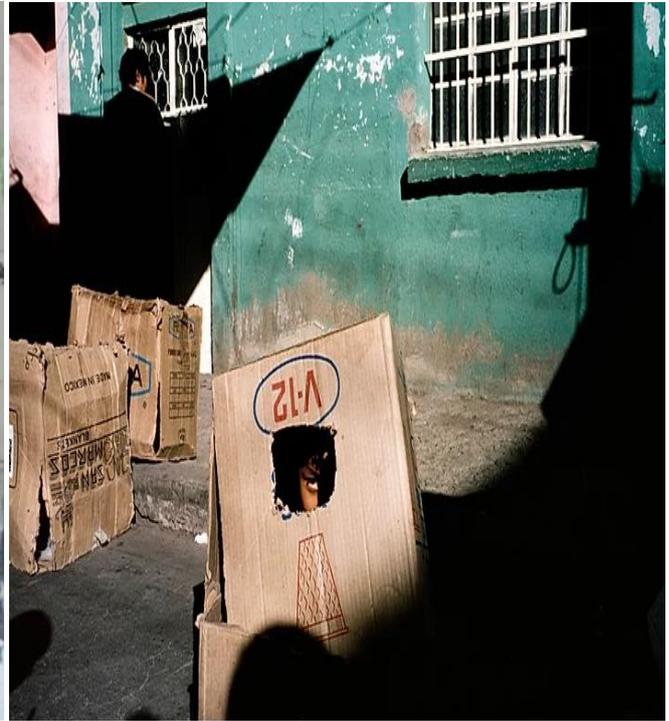
Sempre o vejo quando passo à noite, seja calor, frio ou chuva. Para mim ainda não tem nome, mas poderia ser Paulo César ou Pedro Henrique, algum nome imponente assim para combinar com a responsabilidade do seu trabalho.

Sempre sentado no banco, com o celular na mão e olhos atentos a vigiar o movimento. Não tenho certeza se é o mesmo menino sempre, mas sinto que já quase o conheço...

A qualquer hora da madrugada. Eu voltando de algum evento, jantar, festa ou algo assim, ele trabalhando... “Se puder, fique em casa”, é a palavra de ordem em meio a pandemia de COVID 19, que assola o país. Mas não para ele, resguardar-se da contaminação não é privilégio de quem arrisca a vida diariamente. Assim, segue exercendo sua função, inclusive aos domingos e feriados.

Que linhas poderão continuar escrevendo sua história?





7 REFERÊNCIAS:

- ACOSTA, Suelen. P.F. **Embolamentos: reconfigurações de práticas de sociabilidades juvenis de periferia**. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. Santa Catarina: UFSC, 2019.
- ADICHIE, Chimamanda N. (2009, 21 a 24 de Julho). **A essência das coisas não visíveis**. Conferência Anual – TED Global. Oxford, Reino Unido. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br> Acesso em: 03 de julho de 2020.
- ANDRADE, Renata Candido de; ASSUMPCAO JUNIOR, Francisco; TEIXEIRA, Ivan Abdalla e FONSECA, Vilma Aparecida da Silva. **Prevalência de transtornos psiquiátricos em jovens infratores na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): estudo de gênero e relação com a gravidade do delito**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2011, vol.16, n.4, pp.2179-2188. ISSN 1413-8123. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000400017>> Acesso em: 03 de julho de 2020.
- ALMEID, Laura P. (2011). **Sobre contar uma vida: Imagens e fragmentos de histórias de ‘subjettivações em estado de pause’ na contemporaneidade**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.
- ARAÚJO, Danielle F. M. da S. SANTOS, Walkyria C. da S. **Raça como elemento central da política de morte no Brasil: visitando os ensinamentos de Roberto Esposito e Achille Mbembe**. *Revista Direito e Praxis*. v. 10, n. 4, Rio de Janeiro, 2019.
- ASQUIDAMINI, Fabiane & SUGIZAKI, Eduardo. **A socioeducação brasileira: uma primeira aproximação**. In: Poder e cultura: a construção da alteridade em tempos de (des)humanização. Goiânia. Editora PUC Goiás, 2016.
- ASQUIDAMINI, Fabiane, BARBIANI, Rosangela, SUGIZAKI, Eduardo. **Adolescentes em Medida Socioeducativa: Violência ou Violação de Direitos? Revisão de Literatura**. *Revista Subjetividades*. v. 15, n. 1 (2015). Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4526/3653>> Acessado em 12 de maio de 2020.
- BARROS, Manoel de. **Rabelais**. Poesia Completa. Ed. Leya: São Paulo, 2010.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. **A morte do autor**. Trad. Mário Laranjeira. In: O Rumor da língua. (p. 65-70). Brasiliense: São Paulo, 1968.

BRASIL. **Atlas da violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Brasília, 2019.

BRASIL. Lei 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 13 julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 1986.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRUM, Eliane. **A menina quebrada**. Porto Alegre: Arquipélago, 2013.

BRUM, Eliane. **Mãe, onde dormem as pessoas marrons?** In Jornal El País. Edição de 22 de Junho de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312_399365.html> Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

BUTLER, Judith (2015). **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción**. 2. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010.

CAMPOS, Álvaro. **Livro do desassossego**. Por Bernardo Soares. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CAPPELLARI, Amanda. **Poéticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2019.

CICONELLO, Alexandre (2016). **Os corpos matáveis de uma sociedade.** Entrevista especial. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/550860-os-corpos-mataveis-de-uma-sociedade-entrevista-especial-com-alexandre-ciconello>> Acessado em: setembro de 2018.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação.** Programa Justiça ao Jovem. Corregedoria Nacional de Justiça. Brasil: 2012.

COSTA, Luciano Bedin. **O Improrrogável: exercícios de tateio.** Rev. Polis Psique vol.7 no.1 Porto Alegre jan./abr. 2017.

COSTA, Luciano Bedin. **Biografema como estratégia biográfica: escrever uma vida com Nietzsche, Deleuze, Bhartes e Henry Muller.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2010.

COSTA, Cairo. **Desabafo.** In: Poéticas periféricas. Vitória da Conquista. Editora Galinha Pulando, 2018.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS – CREPOP (2007). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS.** Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP.

CRUZ, Dário Aquino. **Influência do Transtorno de Personalidade Antissocial no Cometimento de Crimes.** Revista Científica do ISCTAC, [S.l.], v. 3, n. 8, jan. 2017. ISSN 2519-7207. Disponível em: <<http://www.isctac.ac.mz/revista/index.php/revistacientifica/article/view/72>>. Acesso em: 28 maio 2020.

D'ANDREA, Tarajú P. (2013). **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. (1972 – 1990). [Trad.] Peter PálPelbart. São Paulo: 34, 1992.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Feliz. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

DIDI-Huberman, Georges. **Sobrevivência dos Vaga-lumes**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DUARTE, Ewandro. **Cenas de um genocídio**. Tarcila Flores. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2018.

EL CONSEJO CIUDADANO PARA LA SEGURIDAD PÚBLICA Y LA JUSTICIA PENAL A.C'. **Boletín Ranking 2019 de las 50 ciudades más violentas del mundo**. Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/sala-de-prensa/1590-boletin-ranking-2019-de-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo>> Acesso em: Junho de 2020.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**, Lisboa, Letra Livre, 2015 (1961).

FEIL, Gabriel S. (2010). **O simulacro e o biografema – de A a Z**. In: Corazza, S. M. (Org.). *Fantasia de escritura* – filosofia, educação, literatura. Porto Alegre: Sulina.

FERREIRA, Bia. **Necropolítica**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LvXrrpjUDd8>> Acessado em: 10/09/2020.

FONSECA, Tania Mara Galli. **O destino não pode esperar: apontamentos sobre a inelutável improrrogabilidade**. Rev. Polis Psique vol.7 no.1 Porto Alegre jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. [1978-1979]. **O nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. [1977-1978]. **Segurança, Território e População**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos (IV. 2ª ed.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. [1974-1975]. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. [1976]. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J. A. Albuquerque. RJ: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FURLIN, Neiva. **Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social**. Soc. e Cult. (vol. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez.) Goiânia, 2013.

GOMES, Fernando B. & SILVA, Joseli M. **Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino.** GEOUSP (Online), (vol. 21, n. 3, pp. 703 – 717, set./dez) São Paulo, 2017.

GONZÁLES, Zuleika K. & GUARESCHI, Neuza. **Concepções Sobre a Categoria Juventude: Paradoxos e as Produções nos modos de ser jovem.** In: Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GRABOIS, Pedro F. & PORTO, Renan N. **Catequeses do medo – racismo, medo e resistências na cidade.** Universidade Nômade (2016). Disponível em: <http://uninomade.net/wpcontent/files_mf/1463584322LCCatequeses%20do%20medo;%20racismo%20e%20resist%C3%AAsncias%20na%20cidade%20%20Pedro%20Grabois%20e%20Renan%20Porto.pdf> Acessado em: julho de 2020.

HILÁRIO, Leomir C. **Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo.** Sapereade (vol. 7 – n. 12, pp. 194-210, Jan./Jun) Belo Horizonte, 2016.

HORTA, Fernando. **O que é resistir? O que é resistência? Por Fernando Horta.** GGN O Jornal de Todos os Brasis, 2018. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-que-e-resistir-o-que-e-resistencia/>>. Acessado em 10 de maio de 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios.** Resultados do Universo. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Segurança Pública em Números: Evolução dos principais indicadores de criminalidade e atividade policial no estado do Rio de Janeiro de 2003 a 2018.** Rio de Janeiro: Governo Estadual, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 1993.

LAURENTINO, Amanda L. A., ALVES, Janaína S., GUALBERTO, Klívia L. **Uma análise jurídica acerca dos transtornos de personalidade.** Brazilian Journal of Development. Issn: 2525-8761. Disponível em: <<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5851>> Acessado em 10 de maio de 2020.

LISPECTOR, Clarice. **Menino a bico de pena.** In T. Monteiro (Org.), Clarice na cabeceira. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

LISPECTOR, Clarice. **A viagem.** In: A Legião Estrangeira. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LISPECTOR, Clarice. **Um Sopro de Vida.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LISPECTOR, Clarice. **Perto do coração selvagem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LISPECTOR, Clarice. **Água Viva.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LISPECTOR, Clarice. **Mineirinho.** In: A legião estrangeira. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.

MARQUES, Maira Mendes dos Santos. **Fatores associados a transtornos mentais graves no contexto prisional.** 2018. viii, 116 f. Tese (doutorado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Saúde Coletiva, 2018.

MARTINS, José, S. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

MALLMANN, Rafaela Weber & RODRIGUES, Ana Paula K. **Mariele Franco: a resistência no campo da biopolítica e da proteção aos direitos humanos.** I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos. UNIJUI, 2018.

MBEMBE, Achille. **Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica**. Entrevista à Folhapress, transcrita pelo site ClikRBS em 31 de março de 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica-ck8fpqew2000e01ob8utoadx0.html>> Acesso em: abril de 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas de Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. (2017). **Necropolítica**. Arte & ensaios, [S.l.], n. 32, mar. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 06 maio 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Arte & Ensaios. (Revista do ppgav/eba. n. 32) UFRJ: Rio de Janeiro, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2015.

MENDES, Gardene L. C. **O discurso da criminalização da juventude no Jornal DAQUI**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2011.

MONDINE, Mariana. **Bondes: o primeiro passo para a violência**. In: Diário Gaúcho. Porto Alegre, 06 de Março de 2010.

MONTEIRO, Edna M. S., ABELHA, Lucia. **Prevalência de transtornos mentais e fatores de risco em adolescentes do sexo masculino privados de liberdade**. Adolesc. Saude, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 7-18, out/dez 2015. Disponível em: <<https://s3-sa-east->

1.amazonaws.com/publisher.gn1.com.br/adolescenciaesaude.com/pdf/v12n4a02.pdf> Acessado em 20 de maio de 2020.

MORAES, Pedro B. **Juventude, medo e violência**. In: Ciclo de conferências direito e psicanálise. Novos e invisíveis laços, 2005.

OLIVEIRA, Patrícia K. **Juventude em conflito com a lei e os discursos sobre a redução da maioridade penal: uma cartografia**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Santa Cruz do Sul, 2016.

OLIVEIRA, Vera L. **O Brasil Visto de Baixo para Cima em Pensamentos de um Correria, de Ferréz**. Atas do 5º SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Simpósio 55 - Construção e desconstrução de fronteiras geo-linguística, sócio-culturais e literárias, 2131-2140. Itália, 2017.

PAIVA, Ilana L. & OLIVEIRA, Isabel F. **Juventude, violência e políticas sociais: da criminalização à efetivação de direitos humanos**. In: Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: Da Psicologia às Políticas Públicas. Porto Alegre: EdipucRS, 2015.

PESSANHA, Eliseu A., NASCIMENTO, Flor. **NECROPOLÍTICA: Estratégia de extermínio do corpo negro**. Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. ISSN: 2525-4715 – Ano 2018, Volume 3, número 6, Julho – Dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. **IV Seminário Municipal de Medidas Socioeducativas: Os desafios pedagógicos e jurídicos para MSE - Culpabilizar ou Responsabilizar?** Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Canoas, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017.

REIS, Ricardo. **Ode**. (Edição Crítica de Luiz Fagundes Duarte.) Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 181.

RESENDE, Gabriel L., SILVA, Rosane A. N. **O poder de normalização e a produção do indivíduo perigoso.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 3, p. 324-332, set.-dez. 2016. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1187>>. Acesso em 05 de junho de 2019.

RIBEIRO, Ewerton Martins. **Biografema, studium, punctum, fotografia: quase um método.** Revista Em Tese v. 21 n. 2: Belo Horizonte, maio-ago. 2015.

RIBEIRO, Luz (2016). **Menimelímetros.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=09KDFtVPAeE>> Acesso em: 05 de junho de 2019.

RODRIGUES, Clayton Emanuel, SANTANA, Cleides Marques, FERREIRA, Ana Kelly. **Da violência colonial à violência política: A violência seletiva no Brasil.** Americania. Revista de Estudios Latinoamericanos. Nueva Época (Sevilla), n. 8, p. 257-289, jul-dic, 2018.

ROSA, Fátima S. **Bondes, periferias e conflitos: sociabilidades juvenis em Porto Alegre.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPGCS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS): São Leopoldo, 2014.

SCISLESCKI, Andrea C. C., REIS, Carolina, HADLER, Oriana, WEIGERT, Mariana A. B., GUARESCHI, Neuza. **Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos.** (64 (3): 19-34) Arquivos Brasileiros de Psicologia: Rio de Janeiro, 2012.

TELLES, Vera. Prefácio. In: MALLART, Fábio. **Cadeias Dominadas: A Fundação Casa, Suas Dinâmicas e as Trajetórias de Jovens Internos.** São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

TEMPLE, Giovana C. **Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault.** Cruz das Almas: UFRB. Bahia, 2013.

TOMASI, Livia, **Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: Dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. Passagens.** Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 6, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 287-311 Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro, Brasil.

TOROSSIAN, Sandra D. & RIVERO, Nelson E. **Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade.** In: Cruz, Lílian R., Guareschi, Neuza (Orgs). Políticas Públicas e Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VICENTIN, Maria C. G. **Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: Adolescentes em conflito com a lei.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a05.pdf>> Acessado em: 20 de maio de 2020.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto.** São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WERMUTH, Maiquel A. D. **Biopolítica e Polícia Soberana: a sociedade escravocrata como chave de compreensão da violência e da seletividade punitiva no Brasil.** Rev. direitos fundam. democ., v. 23, n. 3, p. 284-309, set./dez. 2018.

